UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E NATURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIEGO STANGER

O SIGMA SOB SUSPEITA: A POLÍCIA POLÍTICA E A REPRESSÃO AO INTEGRALISMO NO ESPÍRITO SANTO (1933-1942)

DIEGO STANGER

O SIGMA SOB SUSPEITA: A POLÍCIA POLÍTICA E A REPRESSÃO AO INTEGRALISMO NO ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Bruno Pacheco Coelho Leite – Bibliotecário/Documentalista CRB-6 ES/765)

Stanger, Diego, 1985-

S785s

O sigma sob suspeita : a polícia política e a repressão ao integralismo no Espírito Santo (1933-1942) / Diego Stanger. – 2014. 110 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ação Integralista Brasileira (Partido político). 2. Espírito Santo (Estado) – História – Aspectos políticos. 3. Espírito Santo (Estado). Delegacia de Ordem Política e Social. 4. Perseguição política. 5. Brasil – Politica e governo – 1930-1945. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

DIEGO STANGER

O SIGMA SOB SUSPEITA: A POLÍCIA POLÍTICA E A REPRESSÃO AO INTEGRALISMO NO ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em

de

de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

PPGHIS/UFES - Orientador

Profa. Dra. Silvia Regina Ackermann

IFES - Membro Titular

Deaf De Walter Direc Descin

Prof. Dr. Valter Pires PereiraPPGHIS/UFES – Membro Titular

Prof. Dr. Sebastião Pimentel FrancoPPGHIS/UFES – Membro Suplente

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

Deixo registrado nessas linhas meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para que esta dissertação fosse concluída. Em primeiro lugar, sou grato ao meu orientador Pedro Ernesto Fagundes, que me acolheu no seu grupo de pesquisa, acreditando nesse projeto e na minha capacidade de realizá-lo. Agradeço ao professor Sérgio Alberto Feldman por ter confiado e acreditado na minha competência, sendo o responsável em apresentar meu trabalho ao meu orientador. Também sou muito grato ao professor Valter Pires Pereira, que foi o responsável pela minha iniciação no mundo da pesquisa histórica, ainda na graduação: esta dissertação é nada mais que a continuação das pesquisas iniciadas nessa época.

Para a minha amiga Fuviane Galdino Moreira faço um agradecimento especial, pelo apoio dado durante a pesquisa, por ouvir as minhas aflições e por ter lido esta dissertação diversas vezes.

Sou grato aos professores do PPGHIS, que nestes dois anos contribuíram para meu amadurecimento como pesquisador, através das disciplinas cursadas no programa, além dos apontamentos realizados no seminário de qualificação e qualificação da dissertação.

Agradeço aos familiares pelo apoio, à minha mãe Cibele Schneider Stanger, ao meu pai Jair Stanger, à minha irmã Cassiana Stanger, à minha avó Zilda França Schneider e à minha tia-avó Zilma França Pereira.

Ao André pelo companheirismo nesses anos de pesquisa.

Ao povo capixaba por ter financiado essa pesquisa através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

"Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado oblívio de um futuro melhor, são vãos".

(Hannah Arendt)

RESUMO

O presente trabalho analisa uma parte da História Política do Espírito Santo, inserida, principalmente, no período do governo de João Punaro Bley, que esteve no comando do estado entre os anos de 1930 a 1943 - sendo que nosso recorte temporal está estabelecido entre os anos de 1933 a 1942. A delimitação temporal foi estipulada com base no corpus documental medular de nossa pesquisa – arquivos da Polícia Política, mais conhecida como Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Essa documentação trata especificamente da Ação Integralista Brasileira no Espírito Santo, sendo que parte foi produzida pela própria instituição policial e a outra foi apreendida quando se iniciou a repressão oficial ao movimento. A escolha da data inicial (1933) se deve ao fato de nesse ano ter ocorrido a fundação do primeiro núcleo da Ação Integralista Brasileira no estado do Espírito Santo, enquanto o marco final (1942), foi a guerra declarada pelo Brasil contra os países membros do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), o que acarretou nova repressão aos antigos membros do movimento Integralista e consequente produção de uma série de prontuários que identificam os ex-integrantes da AIB no estado. A repressão ao Integralismo em 1942 se justificou devido o caráter do movimento, inspirado nos princípios do fascismo europeu, base dos regimes das nações do Eixo. Mas antes que a AIB ganhasse o status de inimigo do governo de Getúlio Vargas, o que aconteceu no ano de 1938, em consequência do golpe malogrado contra o referido líder político, os mesmos tiveram, no decorrer da década de 1930, amplo vulto no cenário político nacional, bem como no local. Além do mais, a AIB era aliada do regime, principalmente no combate ao comunismo. A dissertação busca analisar a construção de um discurso anti-integralista através dos documentos apreendidos e produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social, bem como construir um panorama sobre a organização e atuação da Ação Integralista Brasileira no Espírito Santo.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira (Partido político). Espírito Santo (Estado) – História – Aspectos políticos. Espírito Santo (Estado). Delegacia de Ordem Política e Social. Perseguição política. Brasil – Política e governo – 1930-1945.

ABSTRACT

This paper examines a portion of the Political History of the Espírito Santo, set mainly in the period of the government of João Punaro Bley, who was in command of the state between the years 1930-1943, but our time frame is established between the years from 1933 to 1942. Temporal delimitation was set based on medullary documentary corpus of our research, the files of the Police Policy, better known as Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). This documentation deals specifically with the Ação Integralista Brasileira in the Espírito Santo, and part was produced by the police institution itself and the other was seized when the official repression began to move. The choice of the starting date, the year 1933 was due to the fact that the same have been the foundation of the first nucleus of Ação Integralista Brasileira state of Espírito Santo, while the final milestone, the year 1942, when the government was Brazil declared war on the member countries of the Axis (Germany, Italy and Japan), which led to new crackdown on former members of Integralista movement, and consequent production of a series of charts that identify former members of AIB in the state. The repression of Integralism in 1942 was justified because the character of the movement, inspired by the principles of European fascism, which was the basis of the regimes of the Axis nations. But before the AIB gain the status of an enemy of the government of Getúlio Vargas, which happened in 1938, following unsuccessful coup against the political leader said, they had during the 1930s, large figure on the political scene national as well as on site. In addition, AIB was allied regime, especially in the fight against communism. The dissertation seeks to analyze the construction of an anti - fundamentalist discourse, through the documents seized and produced by Precinct Political and Social Order. As well as building a panorama on the organization and performance of Brazilian Ação Integralista in the Espírito Santo.

Keywords: Brazilian Integralist Action (Political party). Holy Spirit (State) - History - Political aspects. Holy Spirit (State). Precinct Political and Social Order. Political persecution. Brazil - Politics and government - 1930-1945.

LISTA DE IMAGENS

| Figura 1 - Seção Integralista no Teatro Polytheama | 62 |
|--|----|
| Figura 2 - Adeptos do Integralismo no Espírito Santo | 62 |
| Figura 3 - Fotografia de identificação | 82 |
| Figura 4 – Fotografia de identificação | 82 |
| Figura 5 – Prontuário do Serviço de Identificação | 83 |
| Figura 6 – Prontuário do Serviço de Identificação | 84 |
| Figura 7 – Prontuário do Serviço de Identificação | 85 |
| Figura 8 – Prontuário do Serviço de Identificação | 86 |
| Figura 9 – Material apreendido pela DOPS-ES | 89 |
| Figura 10 – Fotografia anexada à ficha policial | 92 |
| Figura 11 – Fotografia anexada à ficha policial | 93 |
| Figura 12 – Documento da AIB analisado pela DOPS | 96 |

LISTA DE TABELAS

| Tabela 1 – Estado do Espírito Santo população por municípios | 53-54 |
|--|-------|
| Tabela 2 – População Integralista por região | 54-55 |
| Tabela 3 – Prefeituras e vereanças Integralistas | 56 |
| Tabela 4 - Relação das autoridades policiais da capital | 76 |
| Tabela 5 - Relação dos delegados regionais | 76 |

LISTA DE ORGANOGRAMAS

| Organograma 1 - Ação Integralista Brasileira Província do Espírito Santo | 56 |
|--|----|
| Organograma 2 - Secretarias Provinciais da Ação Integralista Brasileira | 57 |

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB Ação Integralista Brasileira

ANL Aliança Nacional Libertadora

APEES Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

DESPS Delegacia Especial de Segurança Política e Social

DOPS Delegacia de Ordem Política e Social

PL Partido da Lavoura

PP Partido Proletário

PSD Partido Social Democrático

SUMÁRIO

| INTRODUÇÃO | 14 |
|---|------------|
| 1. ENTRE CORONÉIS E REVOLUCIONÁRIOS: O CENÁRIO POLÍTICO | O CAPIXABA |
| | 27 |
| 1.1 Primeira República no Espírito Santo | 28 |
| 1.2 O governo de João Punaro Bley | 32 |
| 1.3 Ação Integralista Brasileira | 36 |
| 1.4 Aliança Nacional Libertadora | 42 |
| 1.5 Era Vargas e repressão | 45 |
| 2. AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA - SEÇÃO ESPÍRITO SANTO | 48 |
| 2.1 A AIB no Espírito Santo: início do movimento | 48 |
| 2.2 Estrutura institucional da AIB no Espírito Santo | 52 |
| 2.2.1 Imprensa e Integralismo no Espírito Santo – impressos oficiais | 58 |
| 2.2.2 Imprensa Integralista no Espírito Santo – Revista Vida Capicha | aba60 |
| 2.4 A AIB no Espírito Santo: entre anuência e recusa do Estado | 63 |
| 3. DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL: LEGITIMANDO A F | REPRESSÃO |
| | 71 |
| 3.1 A Polícia Política: a sociedade sob vigilância | 71 |
| 3.2 Polícia Política: a evolução institucional do braço repressor do Esta | ado74 |
| 3.3 Classificando o suspeito: as categorias de suspeição | 79 |
| 3.4 Identificando os suspeitos: os prontuários da DOPS | 81 |
| 3.5 Os arquivos da Polícia Política do Espírito Santo: a fotografia como | o prova do |
| crime político | 87 |
| 3.6 A AIB no Espírito Santo: a construção da imagem subversiva | 95 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 98 |
| FONTES | 101 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 104 |

INTRODUÇÃO

A dissertação trata de alguns aspectos da História Política do Espírito Santo – particularmente das atividades da Ação Integralista Brasileira (AIB). Para tal intento, o tema que permeou a problemática de pesquisa foi a análise dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), relacionados ao movimento Integralista nesse estado. Este trabalho está situado, portanto, no campo de estudos das relações políticas no cenário capixaba entre os anos de 1933 a 1942. Trata-se da busca pela compreensão de como um movimento político passou de uma posição de aliado do governo de Getúlio Vargas a alvo da repressão policial, circunscrevendo nosso estudo ao âmbito regional.

A História Regional possui grande importância, pois, contribui para melhor compreensão da história do Brasil. Para tanto definiremos o espaço regional como:

[...] construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamente. É formado por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem à região uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses. (VISCARDI, p. 95-6).

Para tanto definimos o estado do Espírito Santo, uma unidade político-administrativa da federação brasileira, como nosso recorte regional.

Antes de uma afirmação, o título desta dissertação, "O Sigma 1 Sob Suspeita", representa a questão central da investigação histórica proposta pelo trabalho, a análise do movimento Integralista no estado do Espírito Santo através dos arquivos da Polícia Política, os quais são compostos de documentos elaborados pelos próprios Integralistas, no intuito de registrar dados acerca da organização institucional do movimento, sendo, posteriormente, apreendidos pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e transformados em provas de sua subversão, além de documentos produzidos pela própria instituição policial em suas atividades de vigilância sobre a AIB. São esses documentos da repressão que nos possibilitaram conhecer com mais profundidade a organização, estrutura e atuação da Ação

_

¹ "O sigma é a letra grega que representa o cálculo integral, fazia parte da simbologia da Ação Integralista Brasileira indicando a soma dos valores materiais e espirituais" (BARROSO, 1934, p.78).

Integralista Brasileira no que eles denominavam de Província Integralista do Espírito Santo.

A Ação Integralista Brasileira foi fundada em um contexto da história brasileira marcada por intensas transformações evidenciadas na política, economia, cultura e sociedade, cujas consequências repercutiram na constituição ideológica do movimento integralista. Os camisas-verdes ² foram um dos representantes do pensamento autoritário brasileiro na década de 1930, alcançaram importante força política dentro do cenário nacional, agregando a maioria dos movimentos e dos pensadores autoritários do Brasil.

Segundo Boris Fausto (2001, p.14), no Brasil, o avanço do autoritarismo ocorreu durante a década de 1920, ainda na Primeira República, caracterizada como um regime oligárquico-liberal: "O liberalismo foi associado às práticas oligárquicas, que pressupunham a fraude eleitoral, a escassa participação política da população e o controle do país pelos grandes estados, enfraquecendo o poder da União".

Ainda de acordo com o autor (ibid), o pensamento autoritário brasileiro está dividido em dois períodos distintos, cujo marco divisor é a grande depressão mundial e a Revolução de 1930. É no decorrer da década de 1920 que o autoritarismo amadurece intelectualmente, mostrando-se presente na política e na sociedade brasileira. Na década de 1930, o autoritarismo ganha prestígio, importância e visibilidade no país, sendo a AIB um dos seus defensores (ibid, p.20). Para a doutrina Integralista, o antiliberalismo é um dos pilares do movimento, sendo o liberalismo considerado abominável, responsável pelos problemas presentes no Brasil.

A ampla inserção da AIB no cenário sociopolítico nacional pode ser traduzida nos números de adeptos ao movimento – segundo os números oficiais³, teriam chegado a um milhão de inscritos em 1937. No primeiro ano de existência, ocorreu um crescimento vertiginoso e, no final de 1933, indica-se a presença de vinte mil inscritos, passando para cento e oitenta mil em 1934. Em 1935, o número saltou para trezentos mil; já em 1936, passou a novecentos e dezoito mil, chegando, em 1937, ao número de um milhão. Segundo René Gertz (1985), a AIB não contou com

-

² O termo camisas-verdes era usado na década de 1930 para se referir aos membros da AIB, devido à indumentária usada pelo militante integralista ser verde. Optamos por utilizar esse temo nessa dissertação.

³ Monitor Integralista, 7 de outubro de 1937. Ano V, n.22, p. 4.

mais de seiscentos mil inscritos em todo o Brasil, contudo, mesmo que os dados oficiais do movimento apresentassem uma distorção da realidade, não se pode negar que tenha sido marcante a presença Integralista em todos os estados brasileiros.

O fato é que a Ação Integralista Brasileira se tornou um movimento político muito forte dentro do país, que gozou de aparente liberdade para realizar suas atividades, sendo aliada do governo de Getúlio Vargas no combate aos comunistas. Edgar Carone define a relação entre AIB e Getúlio Vargas da seguinte maneira:

> À medida que o movimento se realça e pretende se impor, Getúlio Vargas o utiliza como espantalho para o comunismo e, em 1937, como apoio ao seu golpe de Estado. Implantando o Estado Novo, Getúlio repete a atitude de todas as oligarquias estaduais: põe o movimento no ostracismo (CARONE, 1973, p. 315).

Ao usar a palavra espantalho para caracterizar a AIB, Edgar Carone expressa a visão de que, para Getúlio Vargas, os camisas-verdes eram apenas uma ferramenta no combate ao comunismo, dispensáveis quando não fossem mais necessários aos seus projetos. O golpe do Estado Novo⁴, em 10 de novembro de 1937, representou o fim da existência legal de todos os partidos políticos, bem como do Integralismo a insatisfação com tal situação culminou em maio de 1938 em um levante armado, no qual um grupo de camisas-verdes invadiu o Palácio do Catete, sede do governo federal, sendo todos derrotados, presos e enquadrados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN). O episódio ficou conhecido como Putsch Integralista, em referência ao Putsch de Munique ocorrido em 1923, no qual Hitler efetuou uma frustrada tentativa de golpe de Estado na Alemanha.

A fracassada tentativa de golpe perpetrada pelos integralistas contra Getúlio Vargas desencadeou forte repressão contra os mesmos em todo o país. Os núcleos da AIB foram definitivamente fechados, integrantes do movimento foram presos. Para

⁴ O período da História do Brasil entre os anos de 1930-1945 é denominado de Era Vargas, devido

que se estende até 1945. Para saber mais sobre o assunto: SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de

Getúlio a Tancredo, 1930-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Getúlio Dornelles Vargas, um político gaúcho, ter governado o país nesse período. Em 3 de novembro de 1930, o presidente Washington Luís é derrubado por revolucionários comandados por Getúlio Vargas, episódio que ficou conhecido como Revolução de 1930. Entre 1933 e 1934, temos o chamado Governo Provisório, encerrado com a aprovação de nova constituição e às eleições presidenciais indiretas, vencida por Getúlio Vargas, e deveria cumprir mandato de 4 anos sem direito à reeleição. O Governo Constitucional ocorreu entre 1934-1937. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas perpetrou um golpe de Estado, dando início ao período conhecido como Estado Novo,

Giselda Brito Silva (2002, p.14), a vigilância sobre os integralistas realizada pela Polícia Política ocorria mesmo antes do Putsch de 1938, fruto da desconfiança que Getúlio Vargas tinha em relação ao movimento Integralista em face ao crescimento vertiginoso que apresentava, o que mostrava que os integralistas se transformariam em obstáculo aos seus projetos. Além do mais, é necessário registrar que a AIB havia conquistado apoio de uma parcela da população com seu discurso nacionalista, católico e tradicional e, contribuído enormemente na luta contra o comunismo, o governo precisou construir um discurso desqualificante do movimento, inserindo-os no grupo que estavam os comunistas, ou seja, de subversivos traidores da nação. Segundo Giselda Brito Silva (2002), as desconfianças de Getúlio Vargas com a AIB começaram a partir do momento em que o movimento se expandiu para todo o território nacional, pois, na medida em que os camisas-verdes se firmavam na sociedade e na política do país, mostravam-se como possíveis entraves aos projetos do governante. Logo, os órgãos de inteligência foram acionados para vigiar as atividades da AIB. Ainda segundo a autora (ibid), a Polícia Política organizou dossiês sobre o Integralismo, anos antes de o movimento ter suas atividades encerradas.

Por lidarmos com documentos que pertenciam ao arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social, foi fundamental para a realização deste trabalho compreendermos o papel da Polícia Política, pois, assim, nos reportamos às características particulares dos mecanismos de funcionamento e do histórico da Polícia Política no governo de Getúlio Vargas. Tal instituição é encarada por nós como um Aparelho Repressivo de Estado, que, segundo Althusser (1987), possibilita aos governantes a manutenção do poder pela violência. Mas é preciso acrescentar que:

[...] em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente *pela* repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia (Não há aparelho puramente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior (ALTHUSSER, 1987, p. 46-7).

Assim, nossa pesquisa não privilegiou a repressão policial unicamente por meios físicos, mas também por meios ideológicos na construção de um discurso antiintegralista. Assim, analisamos e interpretamos os documentos oficiais da AIB não apenas como fonte descritiva do movimento Integralista, mas também, através da ótica policial, que os usaram para provar que os camisas-verdes representavam uma ameaça ao governo de Getúlio Vargas. Para que se realizasse a transfiguração da AIB em grupo perigoso, sendo que durante anos foi-lhes permitida a atuação política. Além de se perceber certa proximidade dos mesmos com o regime instituído, era necessário construir um discurso incriminador acerca dos integralistas. E para tal feito, foi utilizado o próprio discurso do movimento, presente nos seus arquivos. Segundo Pêcheux:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. [...] Todo enunciado, toda sequencia de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2006, p. 53).

Logo, o texto não possui sentido único, estático: sua interpretação está atrelada ao momento no qual essa ocorre. No caso dos documentos da AIB apreendidos pelo DOPS, foram inicialmente produzidos com a finalidade de afirmar as características do movimento junto aos seus adeptos, mas esse discurso de afirmação ao passar pelo crivo dos policiais é transformado em discurso subversivo, de ameaça à ordem estabelecida. Por isso afirmamos:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto também fazem parte dele (ORLANDI, 2000, p. 30).

A mudança de um discurso está ligada aos acontecimentos históricos, que podem estabelecer uma ruptura e gerar uma transformação no discurso (PÊCHEAUX, 1990). Em relação ao Integralismo, o acontecimento que possibilitou essa ruptura foi a tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas no dia 11 de maio de 1938. Ocorrido esse fato, os camisas-verdes foram alvo da repressão dos órgãos policiais.

No caso específico desta pesquisa, foi de extrema importância compreender os métodos de atuação da Delegacia de Ordem Política e Social-Seção Espírito Santo (DOPS/ES). De acordo com Marília Xavier, esse tipo de polícia surgiu em 1933 com

a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP). A autora afirma que o termo Polícia Política designa um tipo especial de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criado com fins de antever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e a segurança pública (XAVIER, 1993, p. 35).

Uma premissa essencial para este trabalho é o da lógica da suspeição, pois, segundo Priscila Perazzo, tal prática era característica do *modus operandi* da Polícia Política de Vargas, no intuito de identificar os possíveis inimigos do regime:

[...] a questão da suspeição é uma das características nitidamente perceptíveis na documentação produzida pela Polícia Política nos anos 30 e 40. Grande parte do trabalho dos agentes sustentava-se na prática da desconfiança e da suspeita. Observação e vigilância eram atitudes comuns no dia-a-dia dos investigadores [...] bastava uma denúncia ou leve suspeita (não necessariamente fundamentadas), para que os agentes do controle social, que se consideravam representantes da manutenção da ordem e da segurança pública, exercessem suas funções: perseguir, vigiar, incriminar o suspeito (PERAZZO, 1999, p. 147).

A Polícia Política foi produtora de discurso específico, necessário para legitimar o regime estabelecido. Para tanto, atua na eliminação dos inimigos em potencial.

O dever da polícia totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população. Sua principal distinção política é que somente ela confidencia com a mais alta autoridade e sabe que linha política será adotada (ARENDT, 2012. p. 476).

O interesse pela problemática apresentada neste projeto tem origem nas atividades de Iniciação Científica Voluntário, durante o período da graduação em História na Universidade Federal do Espírito Santo, no ano de 2009. Fui iniciado no ofício do historiador através do projeto intitulado "Esquerda-Direita: conflitos político-ideológicos na Era Vargas". A iniciação científica e a monografia possibilitaram os primeiros contatos com o acervo documental da DOPS/ES, que atualmente estão sob os cuidados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A monografia possibilitou a oportunidade de aprofundar a reflexão que havia sido esboçada no projeto de Iniciação Científica. Esta pesquisa é fruto, portanto, de elaboração teórica fundamentada no contato direto com as fontes e na constatação das insuficiências e limites do trabalho de conclusão de curso.

É necessário salientar que a História do Espírito Santo ainda possui um vasto campo para desvendarmos, como é citado por Fernando Achiamé, em recente trabalho.

Não existem estudos consistentes sobre a história do movimento integralista no Espírito Santo. O que há são muitas evidências surgidas de conversas, de relatos diversos (um conhecido, cujo avô foi destacado dirigente integralista na capital, um colega que relata a surra que a polícia deu no seu bisavô em vila do interior por ele teimar em vestir a camisa verde etc.) e de documentos em variados suportes como fotografias, textos manuscritos, artigos impressos em periódicos (ACHIAME, 2010. p. 235).

Uma das recentes contribuições específicas ao estudo da AIB no Espírito Santo foi feita por Flávio dos Santos Oliveira, com a dissertação defendida em 2012, intitulada Reflexões sobre o Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro, na qual analisa o núcleo Integralista da cidade referida no título. Outra importante colaboração é a de Silvia Regina Ackermann, com tese defendida em 2009 no programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, cujo título da pesquisa é Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: Integralismo, etnicidade e os crimes contra o Estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945). Através dos processos do Tribunal de Segurança Nacional, a autora estuda a repressão policial realizada com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, dentro das comunidades de imigrantes europeus e descendentes, no interior do Espírito Santo. Através de suas pesquisas, constata-se a forte presença do Integralismo nas referidas comunidades.

Já o livro Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos, do autor José Marcelo Grillo, é um romance ambientado na década de 1930, e tem, como cenário, o distrito de Floresta, atual Burarama, em Cachoeiro de Itapemirim. A trama traz colonos italianos, amores proibidos e disputas políticas envolvendo adeptos do Integralismo e políticos tradicionais da região. Silvia Regina Ackermann também escreveu um artigo intitulado A memória vestida de romance: algumas questões sobre o Integralismo a partir da literatura, no qual analisou o referido livro, e declara:

O livro é um romance que aborda o movimento integralista em Floresta, hoje Burarama (ES). Interessam, nessa obra, algumas pistas deixadas pelo autor que relacionam Integralismo e poder local, a criação de novas fronteiras no interior de um grupo étnico, além dos ressentimentos presentes na memória dos moradores de Floresta, lembrando-nos que as

paixões e outros sentimentos não estão distantes da política (ACKERMANN, 2007, p.1).

Outro importante estudioso do Integralismo no Espírito Santo é Pedro Ernesto Fagundes, tendo publicado uma série de artigos, constando todos na bibliografia desta dissertação. Como, por exemplo, *O integralismo no estado do Espírito Santo* (2011), *Revista Vida Capichaba (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do estado do Espírito Santo* (2009), *Os Integralistas e as eleições de 1935 no Espírito Santo* (2005).

Este trabalho se insere dentro das perspectivas da Nova História Política, que possui como um de seus maiores defensores o historiador francês René Rémond. O movimento da Escola dos Annales rejeitou a História Política tradicional – devemos ressaltar que essa havia dominado a historiografia do século XIX, mas, com a ascensão dos novos paradigmas da escola francesa, que em nome de história global, embasada nos estudos das estruturas econômicas e sociais, passou a identificar a história política como superficial e incapaz de alcançar e buscar as causas mais profundas dos fatos históricos.

Segundo Rémond (1996, p. 444), "o político se relaciona aos vários aspectos da vida humana por possuir fronteiras que ora dilatam ora encolhem". Para uma definição mais precisa do político, o autor coloca que "a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder" (REMOND, 1996, p. 444). A partir dos apontamentos do autor, podemos inferir que o político perpassa diversos aspectos da vida cotidiana e que "a cultura política é reveladora do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo" (ibid. p. 450).

Voltado ao DOPS/ES, podemos afirmar que a Polícia Política foi uma instituição a serviço das determinações da administração de Getúlio Vargas e um dos seus principais objetivos seria a identificação e eliminação dos inimigos desse Estado.

Na verdade, a vigilância sob a qual fora colocada toda a sociedade e a importância cada vez maior que adquiriu o aparato policial evidenciava a disponibilidade da polícia em responder a um projeto político que não se absteve de aprisionar ou liquidar certas categorias da população. (CANCELLI, 1993, p. 26)

A administração de Getúlio Vargas foi marcada pelo autoritarismo, permeado de ideias nacionalistas e xenófobas, visando à construção de um Estado forte, de um povo disciplinado. Assim, a vida dos cidadãos suspeitos de serem inimigos do Estado era completamente afetada. "Sob o signo da opressão e da censura, o governo Vargas (1930-45) procurou eliminar todos os canais possíveis de contestação" (CARNEIRO, 1999, p. 329).

Neste contexto foi possível enquadrar as atividades de monitoramento da Polícia Política. Assim, o fundo DOPS/ES é composto por uma documentação variada, incluindo registros produzidos pelo órgão, material apreendido, arquivado e sistematizado por eles. Esse material heterogêneo é composto por fichas policiais, relatórios de inquérito, fotografias, recortes de jornal, documentação administrativa da AIB, correspondência dos integralistas. As fotografias são usadas como recurso ilustrativo dentro desse trabalho, não foi nossa intenção realizar a semiótica das mesmas. Também nos foi de grande acréscimo ao trabalho um levantamento feito nas páginas da *Revista Vida Capichaba*, importante periódico regional, que teve ligações com o Integralismo e sua análise veio complementar a problemática desse trabalho. O jornal *Correio da Manhã* também nos possibilitou o levantamento de uma série de informações que enriqueceram este trabalho.

As fontes do DOPS/ES referentes ao Integralismo Capixaba nos permitem também abordar o tema sobre a ótica policial, que, apesar de representar um ponto de vista parcial acerca do movimento, "[...] não invalida a proposta de reconstruirmos os valores emitidos pelas autoridades policiais, articuladoras dos mecanismos de repressão: delegados, investigadores, escrivães e todo *staff* da Polícia Política" (DIETRICH, 2007, p. 31).

Para uma melhor reflexão acerca das fontes utilizadas, Giselda Brito Silva (2007) esclarece que não devemos dar aos documentos policiais um status de privilégio em relação a qualquer outro tipo de documentação, observando, principalmente a sua heterogeneidade.

Não apenas porque se trata de documentos intencionalmente produzidos por um grupo que impunha um controle social num dado contexto histórico, mas, principalmente, porque os arquivos policiais possuem documentos produzidos pela polícia e documentos pertencentes aos indivíduos arquivados, vigiados e reprimidos. Trata-se de recortes de jornais que circulavam "livremente" na sociedade; trata-se de fotografias pertencentes aos indivíduos; trata-se, em suma, de documentos pessoais de caráter

heterogêneo que eram produzidos nos mais diferentes lugares e situações; finalmente, trata-se de documentos historicamente arquivados para legitimar a repressão sobre um grupo tido como seu aliado (SILVA, 2008, p. 325).

No Espírito Santo das décadas de 1930 e 1940, assim como no restante do país, a Polícia Política teve como principal alvo de suas investigações qualquer grupo ou indivíduo que representasse ameaça a administração de Vargas.

Precisamos, antes de tudo, definir com maior acuidade o termo Polícia Política, afinal, é um dos principais alvos de reflexão deste trabalho.

O termo "polícia política" tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criado com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a "ordem e a segurança pública".

Dentro desse enfoque, a polícia política seria resultante de um processo de "especialização" dos órgãos da instituição policial, surgindo, formalmente, em 1933 com a criação, na antiga Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia especial de Segurança Política e Social (DESPS) a qual, com a seção de Segurança Política e a Seção de Segurança Social, encarregouse dos chamados crimes políticos e sociais. (XAVIER, 1993, p. 32)

Segundo Ana Dietrich (2007), a documentação produzida pela Polícia Política nos traz os pareceres dessa instituição sobre os possíveis inimigos do regime. Nesses documentos está contido o discurso policial, característico desse órgão, que criou uma memória específica e, por consequência, a análise dos documentos elaborados pela DOPS nos permite desvendar os mecanismos de leitura da realidade social do Brasil das décadas de 1930 e 1940. "O dever da polícia totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população. Sua principal distinção política é que somente ela confidencia com a mais alta autoridade e sabe que linha política será adotada" (ARENDT, 2012, p.476).

Os chamados "arquivos sigilosos" das polícias políticas apontam para a presença do Estado na vigilância de setores sociais como estudantes e trabalhadores que ameaçariam a "Segurança Nacional" e o *status quo*. A questão da criação de um aparato repressivo durante a ditadura militar está profundamente inserida no seio da discussão a respeito das esferas de poder e de representação social, em outras palavras: o papel do Estado brasileiro como principal responsável e financiador desse sistema de vigilância em nível nacional e local (FAGUNDES, 2010).

Também foi de grande auxílio recorrer a impressos da época, como o jornal *Diário da Manhã* e a revista *Vida Capichaba*. Ao construir a narrativa acerca do passado, o historiador precisa de fontes e, ao utilizar a imprensa para tal fim nos deparamos com um terreno fértil para colher informações, pois, possibilitam "[...] ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos" (CAPELATO, 1988, p.13). Tais fontes não são isentas de posicionamento ideológico, mas representam em suas páginas o interesse de determinados grupos. O impresso não deve ser considerado como algo transparente, ele é portador e transmissor de um discurso (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.337).

Sendo assim, consideramos que os impressos:

[...] não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (DE LUCA, 2005, p.140).

E ainda podemos acrescentar:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19)

A documentação nos permite ter um panorama da atuação da AIB no Espírito Santo, visto que entre as fontes temos documentos elaborados pelo órgão de repressão com determinada intencionalidade de desqualificar os reprimidos, mas também analisamos documentos pertencentes ao movimento. Como afirma Étienne François (1998), analisar fontes documentais que foram manipuladas pela Polícia Política, no caso a DOPS, exige certo cuidado e habilidade do historiador.

[...] arquivos não falam a verdade por si só, que, como todos os outros arquivos, eles devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes, que seu manuseio só pode ser feito se forem respeitadas as precauções éticas e metodológicas elementares, e que mesmo bem utilizados, e interrogados a partir de questões pertinentes, não dispensam o historiador de seu trabalho habitual de reconstituição e de interpretação – e não têm resposta para tudo (FRANÇOIS, 1998, p.157).

Ainda segundo Étienne François (1998, p.157-8), são necessárias quatro exigências para não cairmos nas armadilhas dos aparelhos repressores do Estado. A primeira consiste na crítica das fontes. Quem constitui as fontes? Em que condições? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem? A segunda é "[...] não esquecer que as fontes só começam a falar a partir do momento em que as interrogamos, e que a qualidade das respostas que elas podem dar coincide com a qualidade das questões que se formulam". Em terceiro é necessário perceber que as fontes não dizem tudo, e, não podem dizer tudo. Em quarto temos uma exigência ética, o que demanda escrúpulos e prudência do pesquisador, "e que seja guiado por uma concepção rigorosa de verdade histórica" (FRANÇOIS, 1998, p.159).

Para Ana Maria Dietrich (2007), a Polícia Política tem a responsabilidade de garantir o poder do Estado sobre a população, de observá-la em todo momento, tornar-se onisciente, registrar cada ação suspeita. A autora ainda afirma que é possível percebemos que este aparato de poder do Estado autoritário brasileiro tem como objetivo a destruição de todo e qualquer indivíduo que se enquadre dentro da lógica da suspeição, o possível inimigo do Estado deve ser identificado e seus possíveis planos frustrados, antes mesmo que possa representar um perigo real. Por isso, os Integralistas foram alvo da repressão.

Diante das considerações apresentadas nesta introdução, a dissertação foi dividida em três capítulos, além dessa introdução e a conclusão. No primeiro capítulo são discutidos aspectos políticos da história política local e nacional, procuramos conhecer melhor o contexto no qual a AIB desenvolveu suas atividades. Também se procura fazer uma breve discussão de aspectos conceituais e históricos do movimento Integralista e do seu antagonista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Buscamos salientar aspectos dessa época que muito contribuíram para a constituição de um aparelho repressor eficiente nos anos 1930. As transformações políticas favoreceram a centralização política ao ponto de o Estado brasileiro adquirir características totalitárias tendo, como um dos maiores exemplos, a importância que a Polícia Política adquiriu na época.

No segundo capítulo, busca-se traçar um panorama da organização e atuação da AIB no estado do Espírito Santo. Nele é examinada a inserção política do movimento Integralista dentro do cenário político estadual. Assim, identificamos alguns dos principais adeptos ao Integralismo, descrevemos algumas de suas características

pessoais, bem como apontamos os inimigos dos camisas-verdes capixabas, além dos conflitos armados de maior destaque nos quais estiveram envolvidos. Também buscamos estabelecer como se dava a relação entre o governador João Punaro Bley (1930-1943) e os militantes da AIB/ES.

No terceiro capítulo da dissertação, analisamos a montagem do aparelho policial da Delegacia de Ordem Política e Social no Espírito Santo, para depois realizarmos a análise dos documentos produzidos pela instituição sobre os Integralistas e, também, analisarmos a manipulação exercida pelos policiais sobre os documentos oficias da AIB, com o intuito de comprovar sua condição de inimiga do regime.

1. ENTRE CORONÉIS E REVOLUCIONÁRIOS: O CENÁRIO POLÍTICO CAPIXABA

Para analisarmos o discurso da Polícia Política acerca do movimento Integralista no Espírito Santo precisamos, primeiramente, compreender o contexto político no qual as duas instituições estavam inseridas. Mas, ao realizar a análise do corpus documental, sentimos a necessidade de recuar um pouco mais no tempo, o que nos permitiu apreender melhor o caráter do movimento, as dificuldades enfrentadas e o motivo que levou o governo de Getúlio Vargas a considerá-los alvos de suspeita, mesmo que aparentemente fossem aliados.

Nossa análise começa ainda na Primeira República⁵ (1889-1930), visto que os principais adversários da AIB no Espírito Santo eram membros da elite política tradicional, cuja influência advinha de anos de prática política, para posteriormente adentrar na década de 1930 e 1940.

A Revolução de 1930, episódio da história brasileira que, no um grupo de políticos liderados por Getúlio Vargas, assumiu o controle do Estado brasileiro através de um golpe contra o presidente Washington Luís, tinha um discurso de superação dos vícios políticos da Primeira República, contudo, não foi capaz de destruir as antigas estruturas de poder, ou seja, a elite política tradicional se manteve influente. Portanto, para compreendermos melhor as dificuldades enfrentadas pelo movimento Integralista em nosso estado, é necessário fazermos uma breve análise da História Política do Espírito Santo durante a Primeira República.

_

⁵"A Primeira República, iniciada com o golpe que pôs fim à Monarquia em 15 de novembro de 1889, foi durante muito tempo analisada por historiadores e cientistas sociais a partir da ruptura da Revolução de 1930. Tal acontecimento foi visto como um marco na modernização do país, a partir do qual se intensificou a industrialização, ocorreram a reorganização e a modernização do aparelho de Estado, se assistiu à conquista dos direitos trabalhistas. Uma Nova República teria surgido por oposição à anterior, que foi então chamada de *República Velha*. Também denominada *República Oligárquica, República do Café com Leite, República dos Coronéis*, a experiência republicana de 1889 a 1930 é até hoje vista por alguns sob um prisma negativo. Contudo, novos estudos elaborados a partir dos anos 1980 propiciaram uma revisão da atuação das oligarquias regionais, indicando que o sistema oligárquico da Primeira República era mais complexo do que até então se tinha apontado. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br.. Acesso em: 16/07/2013

1.1 Primeira República no Espírito Santo

No livro "A Invenção do Coronel", de João Gualberto Vasconcellos, encontramos uma importante contribuição para o estudo do Espírito Santo na Primeira República, e seu fenômeno político mais característico, o coronelismo⁶. O termo deriva da palavra coronel, patente concedida principalmente aos grandes fazendeiros que faziam parte da Guarda Nacional na época do Império, os quais recebiam tanto funções administrativas quanto militares nas pequenas localidades.

Durante a República Velha, o coronel foi o grande personagem político. Ele teve posição central no imaginário social brasileiro. Funcionou como principal artefato instituído, tendo servido a manutenção e reprodução da ordem social. [...] Nenhum exerceu função tão definitiva sobre tão grande número de brasileiros. Mesmo os personagens que foram surgindo associaram-se ao tradicional coronel, manifestando assim os vínculos de solidariedade que os uniam, independentemente de diferenças nos discursos e até mesmo nos desejos (VASCONCELLOS, 1995, p.28).

Os coronéis constituíam figuras de grande autoridade e prestígio entre a população. Essas características derivavam de sua capacidade em assegurar sua influência através da troca de favores e proteção de indivíduos.

[...] Seu prestígio advinha da proteção que assegurava a familiares e amigos, da distribuição de empregos públicos, de empréstimo de dinheiro, apoiando seus protegidos para cargos eletivos, ou ainda por serem benfeitores de igrejas e patrocinadores de festas (HESS; FRANCO, 2003, p. 26).

O voto de cabresto foi uma das principais características da prática coronelística, constituindo parte das fraudes eleitorais da Primeira República. Os coronéis se aproveitavam do fato de o voto não ser secreto para obrigar as pessoas a votarem em quem eles determinassem⁷. Além do voto de cabresto, também era comum ocorrer outra situação:

De modo geral, as escolhas eleitorais eram fraudadas em proveito do situacionismo político por meio do expediente chamado de "eleições a bico de pena", em que era mais importante o preenchimento "cuidadoso" dos

_

⁶ Para se saber mais sobre o coronelismo: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativa no Brasil. 6. ed. - São Paulo: Alfa-Omega, 1993.

mapas eleitorais com os "resultados" das urnas do que os votos reais dos eleitores (HESS; FRANCO, 2003. p. 24).

Os principais representantes do sistema oligárquico capixaba foram a família Souza Monteiro, que ocupou o controle do estado durante vários anos. Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro e Dom Fernando Monteiro eram irmãos, influentes na esfera política e na religiosa.

Jerônimo Monteiro ocupou o cargo presidente do estado entre os anos de 1908 e 1912, mas teve a imagem política abalada devido a denúncias de corrupção no seu governo, contudo, no ano de 1918, ocupou uma cadeira no senado federal. Bernardino Monteiro ocupou a cadeira de presidente estadual entre 1916 e 1920, enquanto seu outro irmão, Dom Fernando, era o bispo do estado (VASCONCELLOS, 1995, p. 163).

Apesar de pertenceram à mesma família, os irmãos Monteiro eram adversários na política. Dom Fernando foi o responsável pelo apaziguamento entre os outros dois em diversos momentos (ibid, p. 165). O cenário político do Espírito Santo foi controlado pelo Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) até 1930. Mesmo ocorrendo brigas locais dentro do grupo, esses desentendimentos não afetavam o âmbito de poder estadual: sempre o candidato do situacionismo era apoiado (ACHIAMÉ, 2010, p. 24). É claro que existiram organizações partidárias fundadas com o intuito de fazer oposição, afinal, ocorreram diversos desentendimentos entre os membros do Partido Republicano Espírito-Santense, fruto das rivalidades entre os mesmos e do fracionamento territorial entre as regiões Sul e Central do estado.

Essa cisão regional entre os grupos dominantes se configurava da seguinte forma: a região sul do Espírito Santo era caracterizada pela presença de grandes fazendas e pequenas propriedades – essas últimas surgiram devido à necessidade dos fazendeiros de fracionarem suas propriedades em momentos de crise, utilizando em suas fazendas o sistema de parceria com esses pequenos produtores. A região central foi marcada pela colonização de imigrantes europeus⁸, chegados ao final do

⁸ Sobre a imigração no Espírito Santo ver: ROCHA, Gilda.; MARTINS, Ismênia de Lima.. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. *Imigração* estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896. 1984. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

século XIX, organizados em pequenas propriedades. O norte permanecia pouco explorado, a não ser pelo litoral e extremo norte.

A economia estadual era dominada pela monocultura cafeeira, que definiu a organização socioeconômica e política do Espírito Santo. Marta Zorzal (1995) salienta que as forças políticas estaduais se organizaram em torno dos grandes fazendeiros do sul e dos exportadores de café na região central, mas, quem se sobressaiu no controle do aparelho político estadual foi a elite exportadora de café.

Ainda sobre os aspectos políticos e econômicos do Espírito Santo na Primeira República, convém esclarecer melhor se a AIB sofreu alguma influência desse período. Mesmo sabendo que o movimento Integralista entrou em cena no jogo político estadual apenas na década de 1930. Haja vista, que um dos objetivos da Chamada Revolução de 1930 foi a tentativa de desarticulação das antigas oligarquias estaduais, conforme consta na bibliografia tradicional.

Ao tentarmos realizar essa aproximação do Integralismo com aspectos políticos da Primeira República, podemos dar maior suporte às nossas indagações quando tivemos contato com o trabalho de João Rameris Regis, intitulado *Integralismo e Coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937)*.

Regis (2010) relata que apesar do projeto político, posto em prática a partir da Revolução de 1930, ter buscado desprestigiar as antigas lideranças políticas, não conseguiu êxito devido à influência dessas pessoas ser em laços familiares, pessoais e de fidelidade, o que permitiu a sobrevivência desses grupos. No Ceará, objeto de estudo do trabalho de Regis (2010), o projeto dos "revolucionário de 1930" foi obrigado a negociar com as antigas lideranças locais, ou seja, não foi possível superar de imediato as práticas coronelísticas da Primeira República.

Observando que as antigas lideranças políticas mantinham o controle das máquinas administrativas municipais do Ceará, Regis (2010) esclarece que o governo revolucionário manteve seu discurso de limpeza dos vícios do antigo sistema, ao mesmo tempo que "[...] antigos mandatários locais continuavam a figurar no cenário político, mesmo que metamorfoseados de defensores desse novo processo em curso" (REGIS, 2010).

O movimento Integralista do Ceará foi um dos grupos políticos que soube lidar com essa situação ambígua, aliando o discurso revolucionário de desprezo pelas práticas

políticas da Primeira República e, simultaneamente, incorporou seus representantes (ibid).

No Espírito Santo, tal situação não ocorreu, mas mesmo assim é necessário destacar que importantes integrantes da AIB no estado estiveram de alguma forma ligados ao jogo político das oligarquias durante a Primeira República. Para ilustrar melhor essa situação, consideramos a pessoa de Jair Etienne Dessaune, um dos mais influentes Integralistas no estado do Espírito Santo. Constatamos que sua família já estava envolvida no funcionamento do aparelho administrativo estadual na Primeira República. Seu pai, Francisco Etienne Dessaune, foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) e esteve envolvido nas disputas políticas dos irmãos Monteiro.

O coronel Francisco Etienne Dessaune foi deputado e, em 1920, durante forte disputa política entre os irmãos Bernardino e Jerônimo Monteiro pela cadeira de presidente do Espírito Santo, foi nomeado por Jerônimo para o cargo, mas, para isso, precisaria prender Nestor Gomes de Aguiar – que era o candidato do irmão. Esse episódio marcou o rompimento definitivo entre os irmãos monteiro, de acordo com Namy Chequer Boub-Habib Filho (2007, p. 49).

Concluído o mandato de Bernardino de Souza Monteiro, entre os anos de 1916 e 1920, Nestor Gomes e Francisco Etienne Dessaune se declararam investidos como presidentes do estado: o primeiro, eleito pelo voto e empossado pelo congresso, o segundo contestava essa vitória e se dizia no direito de ocupar o cargo por se o presidente da Assembleia Legislativa. Chegou a haver luta armada entre os dois grupos e a necessidade de intervenção federal para que o impasse fosse resolvido. A disputa terminou com o reconhecimento de Nestor Gomes como presidente eleito – vitória do grupo de Bernardino Monteiro (Diário Oficial da União, 4 mai. 1921, p. 30).

O episódio acima descrito demonstra que os Dessaune já estavam familiarizados e inseridos no jogo político da Primeira República, o que poderia explicar a adesão de Jair Etienne Dessaune ao Integralismo, visto que conhecia os vícios do sistema eleitoral do período em que seu pai era político e buscou no novo partido, a AIB, resolução para todos esses defeitos.

Durante o governo Florentino Avidos (1926-1928) Jair Dessaune já mostrava engajamento político ao participar de protestos contra a incapacidade do governo de resolver demandas da sociedade. Em sua tese de Doutorado, o Professor Luis Cláudio Moisés Ribeiro cita que o governo Florentino Avidos enfrentava problemas com o abastecimento elétrico. Quando faltava energia, Jair Etienne Dessaune, junto com Fernando de Abreu e Afonso Lyrio organizavam o que se chamava de *jornes*, uma forma jocosa de protesta, na qual arranjos de jornais com velas acesas eram pendurados nos postes de luz do centro da cidade (RIBEIRO, 2003, p. 25).

Amyilton de Almeida, em biografia que escreveu sobre Carlos Lindenberg relata que Jair Etienne Dessaune era muito amigo de Aristeu Borges de Aguiar e, no episódio do comício da Aliança Liberal em Vitória, no qual ocorreu tiroteio e mortes, foi uma das pessoas que foi pessoalmente até o presidente estadual solicitar providências (ALMEIDA, 2010, p.147).

Feitos os apontamentos acerca da situação política capixaba na Primeira República, agora é preciso conhecer melhor o contexto político do estado nas décadas de 1930 e 1940, mais especificamente o período que compreende a administração de João Punaro Bley – de 1930 até 1943.

1.2 O governo de João Punaro Bley

No processo eleitoral de 1930, o presidente do estado Aristeu Borges de Aguiar⁹ (1928-1930) apoiou o situacionismo, ou seja, a candidatura de Júlio Prestes à presidência, enquanto a oposição se organizou em torno da Aliança Liberal, lançando Getúlio Vargas como candidato. Uma seção da Aliança Liberal foi organizada no estado sob a liderança de Jerônimo Monteiro, pois viu na vitória de Getúlio Vargas a oportunidade de retornar ao poder central do estado, do qual estava afastado desde 1920.

-

⁹ Para saber mais sobre Aristeu Borges de Aguiar: WANICK, Flavio Calmon. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história:* a política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930. Vitória, ES: Flor&cultura, 2008.

Devido à campanha eleitoral, o núcleo estadual da Aliança Liberal organizou um comício em Vitória, que se realizou no dia 13 de fevereiro de 1930 em frente à Igreja do Carmo. O comício se transformou em uma grande tragédia quando os policiais avançaram atirando contra as pessoas concentradas no local, deixando alguns mortos e vários feridos. O episódio aumentou a impopularidade de Aristeu Borges de Aguiar, que já vinha enfrentando dificuldades oriundas da Crise de 1929, fruto dos fortes impactos sobre a economia cafeeira. Exemplo dessa dificuldade eram os atrasos nos pagamentos do funcionalismo público.

Segundo Achiamé (2010), a vitória do situacionismo nas eleições de 1930 não teve grandes repercussões no estado. Um clima incertezas pairava no ar.

O processo desencadeado pela Revolução de 1930, que no estado se desenvolveu sem grandes episódios bélicos, o movimento foi encabeçado pela elite ligada à produção cafeeira, ou seja, os chamados jeronimistas, que tinham como objetivo "[...] assumir a direção do Aparelho Regional de Estado, visto que, pelas vias eleitorais, no contexto político de então, era muito difícil conseguir realizar esses objetivos" (ZORZAL, 1995, p. 111).

Flávio dos Santos comenta que:

[...] ao longo da Primeira República, diversos segmentos sociais estavam sub-representados nas esferas de poder. As camadas intermediárias, ou seja, profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos, cresceram em número, mas não adquiriram maior representatividade política, mesmo depois da Revolução de 1930. Ressentidas pelo afastamento da vida política a que foram submetidas, muitos absteram-se em ingressar nos novos partidos, como o PSD e o PL (SANTOS, 2012, p. 68).

João Punaro Bley ¹⁰ foi o grande expoente político no Espírito Santo durante a década de 1930 e início da década de 1940. De militar convocado para debelar revoltas a favor dos golpistas de 1930 no estado, ele se tornou o chefe político do governo capixaba e permaneceu durante 13 anos (1930-1943), comandando grandes reformas institucionais implantadas pelo governo federal. Esse longo governo demonstra a habilidade política de Bley, um tenente, um dos poucos

LEMOS, Renata. João Punaro Bley. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br. Acesso em: 22/10/2012

-

¹⁰ Nasceu na cidade mineira de Montes Claros no ano de 1900, entre 1913 e 1917 estudou no Colégio Militar de Barbacena, daí por diante seguindo a carreira militar. Em 1930, foi promovido a Capitão. Em outubro de 1930 veio para o Espírito Santo com o objetivo de combater os adeptos da Revolução de 1930, acaba rompendo com seu comandante passando para o lado dos revoltosos.

interventores nomeados por Vargas, que permaneceu no poder, mesmo após a redemocratização de 1934.

A escolha de Punaro Bley para a interventoria do Espírito Santo não foi por acaso. Fernando Achiamé (2010, p. 138) explica que "[...] ele era possuidor de um perfil adotado por Vargas para nomear a primeira leva de interventores – entre outros aspectos, não tinha passado político e, assim, era equidistante das questões partidárias anteriores a revolução". Ou seja, Getúlio Vargas escolhia seus interventores entre pessoas que não possuíam qualquer ligação com as elites políticas tradicionais.

Bley tomou posse do cargo em 22 de novembro de 1930. Ele representava bem as aspirações do novo governo, era uma pessoa desvinculada totalmente de qualquer laço com os antigos grupos políticos que comandavam o Estado durante a República Velha. As antigas correntes políticas

"[...] ficaram submetidas à nova liderança que dominava o aparelho de Estado, liderança que soube se manter independente das disputas políticas locais originadas na República Velha, mas que as fomentou e delas se utilizou quando era do seu interesse [...]" (ACHIAMÉ, 2010, p.139).

O interventor implantou uma série de reformas, para tanto, "[...] para que o reformismo fosse exercido, o pressuposto era que a prática política passasse a ser autoritária. Ou seja, essa política talvez fosse designada de forma mais apropriada como um 'autoritarismo reformista" (ACHIAMÉ, 2010, p.132). As medidas visavam o enfraquecimento das antigas oligarquias, controlando, principalmente, os municípios, redutos de prestígio dos oligarcas. Outras medidas como a contenção dos gastos públicos e a redução do salário dos funcionários públicos só poderia ser implantadas em um período de exceção (ACHIAMÉ, 2010, p. 131). Bley se mostrou um hábil político, conduzindo o estado de forma a conciliar os anseios das elites políticas já estabelecidas, ao mesmo tempo em que lhes impunha o controle federal. Essa habilidade é reconhecida devido aos treze anos que permaneceu no poder.

É possível constatar que as mudanças administrativas do interventor tinham como meta primordial a centralização do poder político no estado, subordinando-o à esfera federal. Embora os ideais revolucionários de 1930 buscassem a superação das práticas políticas da Primeira República, realizando um processo de depuração dos vícios do regime anterior, não foi possível excluir a antiga elite política do novo

processo. Sua influência era demasiadamente profunda, devido anos de experiência no controle da esfera municipal. Assim, os revolucionários proclamavam um discurso de inovação, ao mesmo tempo em que mantinham presente os antigos mandatários (REGIS, 2010).

Depois da Revolução Constitucionalista de 1932, Getúlio Vargas foi cada vez mais pressionado pela redemocratização, logo, os grupos com afinidades políticas formariam seus respectivos partidos. Dessa maneira, o presidente estimulou a formação de agremiações que servissem de base de apoio para seus interventores, visto que as lideranças municipais já haviam sido controladas (ACHIAMÉ, SALETTO, p.192).

Os partidos políticos formados nesse período foram o Partido Social Democrático do Espírito Santo (PSD-ES), Partido da Lavoura (PL), Partido Proletário (PP) e Ação Integralista Brasileira (AIB).

Marta Zorzal (1995) informa que o PSD/ES englobava as principais forças jeronimistas da região sul e políticos que influenciaram a escolha de Bley para o cargo de interventor. Esse partido nasceu para apoiar a interventoria de João Punaro Bley. Um dos grandes nomes que compunham os filiados foi Fernando de Abreu, expoente político que ocupou a prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim, graças à nomeação de Bley. Outro importante nome era o de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, sobrinho de Jerônimo Monteiro.

O PL e o PP compunham a oposição ao governo até o ano de 1935. O primeiro era liderado por Atílio Vivacqua e ainda ingressaram no grupo as forças jeronimistas que não aderiram ao PSD, pessoas que viram seus anseios de maior participação no novo governo ser frustradas. Membros do antigo Partido Republicano Espírito-Santense também faziam parte do grupo, afinal, haviam perdido sua parcela de poder com a Revolução de 1930. O PL também foi formado com nomes ligados à grande propriedade. (ACHIAMÉ; SALETTO, p. 198)

Percebe-se que os anos que sucederam a década de 1930 representaram de fato um rearranjo político entre as elites que já controlavam o aparelho de estado. Pequenos agricultores e grupos médios urbanos continuaram fora do jogo político, até que se depararam com a Ação Integralista Brasileira. A AIB teve grande força política no estado, chegando a ameaçar as forças estabelecidas e, por isso, foi alvo

de perseguição política. No tópico seguinte discutimos aspectos relevantes do movimento integralista.

1.3 Ação Integralista Brasileira

O surgimento da AIB, bem como de sua antagonista (a Aliança Nacional Libertadora), é consequência do momento de instabilidade política e econômica dos anos 1930. A sociedade brasileira passava por mudanças, buscava alternativas para a solução de problemas, novas demandas que a democracia liberal, implantada em 1889, não havia sido capaz de dar.

Hélgio Trindade (1979) afirma que os movimentos surgidos em diversos países do mundo como, por exemplo, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Chile, Bolívia e México, no período conhecido como Entre Guerras (1918-1939), tiveram uma matriz ideológica comum, apesar de que em cada país o fascismo tenha adquirido particularidades.

A estruturação do Integralismo como grupo coeso aconteceu com o lançamento de Manifesto de Outubro, em 1932, no Teatro municipal em São Paulo. Mas, para compreendermos satisfatoriamente o movimento Integralista, é imprescindível analisarmos a evolução ideológica de Plínio Salgado, seu principal líder.

Plínio Salgado era natural da cidade de São Bento de Sapucaí, região do Vale do Paraíba no estado de São Paulo, sua família era católica e de tradição política, sendo seu pai um chefe político local. Sua atuação política foi iniciada dentro do Partido Republicano Paulista (PRP), primeiro localmente e, depois, regionalmente. Nacionalismo e religião marcaram sua formação – era um autodidata, com grande interesse na área filosófica.

Ao analisar a formação de Plínio Salgado, Trindade (1979) aponta três elementos cruciais que modelaram seu pensamento: o despertar nacionalista, a revolução estética e a renovação espiritual.

O despertar nacionalista ganha força a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando intelectuais tomam consciência da fraqueza do Brasil diante das outras nações e a necessidade de fortalecimento do país. O nacionalismo dos anos 1920 é cívico e econômico, caracterizado por uma atitude profundamente antiportuguesa, exaltação das virtudes cívicas e militares, somados ao anti-imperialismo.

A revolução estética é marcada pelo Movimento Modernista, caracterizado pela inspiração nacionalista e exprimindo a tomada de consciência de uma geração, o qual em seu primeiro momento possui uma orientação definida pela estética (1922-1926), e, posteriormente, dominada pela política (1928-1937).

A renovação espiritual buscava lutar contra a laicização da sociedade e da política, ocorrida a partir da segunda metade do século XIX. Farias Brito foi um dos mais importantes filósofos para o movimento, embora não tenha participado diretamente, devido à elaboração de uma crítica ao pensamento filosófico do início do século XX, pondo em questão o positivismo. Em 1922, Jackson de Figueiredo funda o Centro Dom Vidal e a revista *A Ordem*. O primeiro foi ponto de encontro da intelectualidade para aprofundar a doutrina católica, enquanto o segundo divulgava a mesma. Segundo Alves (2008), o Centro Dom Vidal e a *A Ordem* foram instrumentos de combate ao liberalismo e ao comunismo, tendo a revista papel preponderante na formulação de concepções de extrema direita no Brasil. Esses dois pensadores foram fundamentais na formação ideológica de Plínio Salgado, mais especificamente na matriz católica do Integralismo.

O grande expoente político do grupo integralista foi Plínio Salgado, um intelectual brasileiro simpatizante dos movimentos fascistas europeus. Essa empatia foi percebida na organização estrutural da AIB, cuja hierarquia e símbolos, por exemplo, recordam muito os agrupamentos fascistas da Europa, porém, que adicionava a esses aspectos similares elementos da cultura brasileira.

Em uma viagem a Europa, entre abril e outubro de 1930, Plínio Salgado teve contato com o fascismo e a partir desse momento rompeu com a democracia e o federalismo. Ao retornar ao Brasil passou a atuar no jornalismo político, fundou o jornal *A Razão*, no qual publicou diversos artigos fixando as bases ideológicas do Integralismo. Concomitantemente, o jornal lhe permitiu o contato com pensadores de diversas partes do país.

No Brasil do início dos anos 1930, surgiram vários grupos organizados em torno dos ideias conservadoras, sendo eles a Ação Social Brasileira, Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e Ação Imperial Patrianovista. A Ação Social Brasileira foi um movimento sem êxito, cujo programa se baseava na proteção da agricultura, indústria, moral e nacionalização, fortalecimento da raça, centralização política e prezava por uma forte disciplina. Seus membros seriam caracterizados pela utilização de um uniforme azul celeste com um cruzeiro do sul. A Legião Cearense do Trabalho, fundada em 31 de agosto de 1931, teve como maior expoente a figura de Severino Sombra e também teve a filiação do Padre Helder Câmara. O movimento nasceu devido à indefinição ideológica da Revolução de 1930, julgavam-se defensores dos trabalhadores, defendendo a representação profissional e não por partidos políticos e, socialmente tem por finalidade a defesa da ordem social, moral e o regime corporativo, desprezavam o individualismo, congregavam a doutrina social católica tradicional com elementos fascistas. Partido Nacional Sindicalista, cujo maior expoente foi Olbiano de Mello, nunca chegou a ser organizado de fato, mas era o maior organizador dentre os outros movimentos. Seu fundador via a Revolução de 1930 como movimento indefinido ideologicamente e simpático ao fascismo, defendia a fundação de uma república sindicalista com voto profissional. A Ação Imperial Patrianovista foi um movimento monarquista, católico e corporativista, rejeitava o império brasileiro devido ao seu caráter liberal (TRINDADE, 1979).

Através de *A Razão*, Plínio Salgado conseguiu se aproximar desses grupos e aglutiná-los em torno de si, até que em fevereiro de 1932, fundou a Sociedade de Estudos Políticos, instituição que possibilitou a articulação dos intelectuais simpatizantes das tendências autoritárias, espalhados nos diversos grupos regionais espalhados pelo país.

A finalidade da SEP era preencher o vácuo ideológico deixado pela Revolução de 1930, diante das indefinições, segundo Salgado. Dentre seus objetivos principais estão a colaboração para a construção da unidade nacional; o reforço da autoridade; a coordenação de todas as classes produtivas para o fortalecimento da nação; apoio ao pensamento político que seja baseado nas realidades nacionais (Alves, 2008, p. 411).

A partir dessa conjuntura, no dia 7 de outubro de 1932, no Teatro Municipal de São Paulo, Plínio Salgado realizou o lançamento do Manifesto de Outubro, o ato marcou

o nascimento da Ação Integralista Brasileira. Esse documento trouxe em suas páginas as diretrizes do movimento, pautadas principalmente sobre o nacionalismo e antiliberalismo. Hélgio Trindade (1979) salienta que a AIB é fruto do amálgama de movimentos de extrema direita surgidos no Brasil no início da década de 1930: "A fundação da AIB, em 1932, não é um fato isolado, mas resulta da cristalização das ideias de direita no Brasil dos anos 30 e dos movimentos precursores que Salgado buscará integrar" (TRINDADE, 1979, p. 98).

Do estado de São Paulo, a Ação Integralista Brasileira se propagou para as mais diversas partes do país através da organização das chamadas bandeiras ou caravanas Integralistas (FAGUNDES, 2009). Essas bandeiras Integralistas propiciaram uma boa incursão da AIB no território nacional, atentando-se para o fato de que até aquele momento todos os partidos políticos que existiam na república eram de caráter regional, ou seja, pela primeira vez na história republicana se conseguiu formar um partido político nacionalmente unificado.

A concepção subjacente às "bandeiras" sugeria um novo processo de "conquista" ideológica e interiorização do projeto político integralista em âmbito nacional, no contexto do surgimento de slogans como a "marcha para o oeste" e a necessidade de conhecer o "Brasil real", ideias essas formuladas por intelectuais como Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Alberto Torres (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 42).

Segundo Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz (2003) o caráter nacional do Integralismo pode ser apreendido quando se observa o número de adeptos que o movimento alcançou. Através de dados estimativos, calcula-se algo em torno de 500 mil e 800 mil militantes. Fagundes (2009) afirma que determinar exatamente o número de pessoas que militou nas fileiras integralistas é complicado – em razão desses dados não possuírem uma fonte oficial, são somente oferecidos pela própria AIB, assim, devem ser observadas como fontes parciais e tendenciosas.

Dado o panorama sobre a fundação da AIB, podemos agora realizar uma breve discussão sobre o caráter fascista do movimento, no qual apresentamos dois dos principais estudiosos do Integralismo: Hélgio Trindade e Gilberto Vasconcelos.

No livro "Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930", Hélgio Trindade (1979) defende que o Integralismo não se constitui como mero mimetismo do fascismo europeu, mas que seus idealizadores souberam lhe acrescentar uma série de elementos característicos da cultura brasileira, transformando-o em um

movimento de cunho nacionalista brasileiro de inspiração fascista, antes de tudo eclético, incorporando aspectos dos movimentos do velho continente e do pensamento autoritário brasileiro, convivendo dentro de si doutrinas contraditórias, que convergiam com o espiritualismo e nacionalismo, unidos à luta contra o liberalismo e o socialismo.

No livro *Ideologia Curupira*, de Gilberto Vasconcellos, é apresentada uma reflexão acerca das considerações de Hélgio Trindade sobre o caráter original do movimento integralista brasileiro. O autor vai de encontro ao que é defendido no livro 'Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30', no qual o movimento é apresentado da seguinte maneira.

[...] como uma 'ideologia eclética' para designar o fato de ter se abeberado das mais diversas fontes, nacionais e estrangeiras, como o fez Trindade, acaba por deixar no ar a questão de sua especificidade, posto que todo discurso fascista ostenta ineludivelmente — quer floresça num país hegemônico ou periférico — uma salada 'teórica', isto é, uma ideologia heteróclita em virtude de seu extremado irracionalismo (VASCONCELLOS, 1979, p. 50).

Para Vasconcellos (1979), os camisas-verdes pretendiam fugir de qualquer ligação com movimentos estrangeiros, buscando se afirmar como representantes de um conjunto de ideais e aspirações nacionais, fruto do ambiente intelectual brasileiro do período, cujo maior expoente é o modernismo, movimento que buscava uma total independência de influência estrangeiras, na construção e afirmação de uma cultura nacional. "Os integralistas, afinal, não queriam ser tomados por mais uns 'miseráveis da cultura europeia', conforme tipificava Plínio Salgado" (VASCONCELLOS, 1979, p. 50).

No *Ideologia Curupira*, o autor elucida que no Brasil da década de 1930, sempre se buscava mostrar as ideologias de esquerda como 'plantas exóticas', ideologias alienígenas que ameaçavam o nosso povo, enquanto o integralismo seria mais bem aceito devido aos seus elementos nacionalistas, mesmo que reconhecido por alguns de seus teóricos (Barroso e Reale) como de caráter fascista, mas nunca se reconhece seu caráter mimético. (VASCONCELLOS, 1979, p. 195-6)

Adianta pouco mostrar sua ausência total de originalidade em relação ao fascismo europeu; o importante é mostrar a que ponto essa importação ideológica (independente de consciência dos camisas-verdes) combinou-se com a particular realidade social do país ou em que medida se deixou

contaminar pelo contexto da dependência (VASCONCELLOS, 1979, p. 197).

Em outro texto, Hélgio Trindade tece uma série de considerações acerca das críticas apresentadas por Gilberto Vasconcellos no *Ideologia Curupira*. O primeiro apontamento de Trindade se refere aos textos estudados por Vasconcellos para construir sua análise do discurso integralista, escolha que deixaria a desejar devido ao fato desses textos serem, em sua maioria, anteriores a 1932, ou seja, pré-integralistas, logo não podem representar completamente os ideais do movimento em questão. Entre 1932 e 1937, período de vigência da AIB, os escritos de Plínio Salgado utilizados tratavam somente de aspectos relativos ao modernismo, enquanto faltariam na bibliografia a análise dos textos de Miguel Reale (Secretário Nacional da Doutrina) e Gustavo Barroso, com seus escritos antissemitas (TRINDADE, 2007, p. 369). Todavia, Hélgio completa que o escrito de Vasconcellos não perde seu mérito indiscutível, ao trazer uma interpretação sociológica original do integralismo. (TRINDADE, 2007, p. 366)

Trindade continua seu texto analisando o estudo de Vasconcellos e ressalta que o segundo traz como hipótese central do seu estudo a ideia de que a especificidade do movimento integralista residia na elaboração da chamada "utopia autonomística", ou seja, na qual o Brasil seria convertido em um país isolado das nações capitalistas ocidentais (TRINDADE, 2007, p. 367).

Outro aspecto questionado pelo autor é a falta de uma perspectiva evolutiva da ideologia integralista, que passou por uma série de transformações ao longo do seu período de vigência (TRINDADE, 2007, p. 369). Trindade completa sua crítica ao trabalho de Vasconcellos, argumentando que sua hipótese sobre o fascismo caboclo é pautado "[...] mais à fase pré-integralista centrada na experiência modernista e jornalística de Plínio Salgado [...]" (TRINDADE, 2007, p. 371). Além do mais, "[...] ausência de uma análise histórica do período não permite distinguir as mudanças sensíveis no posicionamento ideológico do Chefe integralista" (TRINDADE, 2007, p. 371).

A AIB se expandiu pelo território nacional com grande sucesso. Mesmo que uma ampla parcela da população tenha aderido a sua doutrina, outros grupos ligados principalmente aos sindicatos e Partido Comunista do Brasil (PCB) fundam, em

1935, um movimento antagônico ao integralismo, a Aliança Nacional Libertadora. A ANL representava em sua essência um movimento de frente popular, antifascista, que se mostraram os maiores adversários da AIB.

1.4 Aliança Nacional Libertadora

Conhecer melhor os principais aspectos referentes à ALN teve grande importância na realização deste trabalho, visto que esse grupo político se materializava como o principal inimigo da AIB. A disputa política entre os dois grupos foi marcada por uma série de enfrentamentos de rua entre ambos os grupos de militantes. Tais confrontos resultaram em tiroteios que geraram vários mortos e feridos – inclusive no Espírito Santo¹¹.

A ALN pode ser caracterizada como um catalisador dos movimentos de esquerda no Brasil: sob sua bandeira foram reunidas as mais diversas vertentes esquerdistas existentes no país. As principais reivindicações constantes em seu programa eram a suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização de empresas, reforma agrária e constituição de um governo popular. A organização funcionou oficialmente entre março e julho de 1935, unindo representantes das diversas correntes esquerdistas existentes no Brasil da época, "[...] foi reconhecidamente o maior movimento de massas que o país já teve. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, sendo a maioria no Rio de Janeiro" (VIANNA, 2010, p. 82).

O cargo de presidente de honra da ANL foi concedido ao ex-líder tenentista Luís Carlos Prestes¹², um dos grandes representantes do movimento tenentista. Vianna

¹¹ Os conflitos entre ANL e AIB no Espírito Santo serão discutidos no decorrer da dissertação, em tópico específico. ¹² Luís Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, no dia 3 de janeiro de 1898. Obteve diploma na

Escola Militar do Rio de Janeiro em 1920. Na Revolta Tenentista de 1924, foi o principal articulador e líder contra o governo de Artur Bernardes. Depois de vários combates os tenentes de São Paulo se uniram a outro grupo de tenentes gaúchos e paranaenses para percorrer o interior do país e divulgar os ideais do Tenentismo. Estava formada a Coluna Prestes, que durou até 1927, momento em que se dispersaram no território boliviano. Na Bolívia, teve contato com Astrogildo Pereira, um dos responsáveis pela fundação do Partido Comunista Brasileiro, o que acarretou sua adesão ao marxismo. Em 1931, viajou para Moscou, retornando, de forma clandestina, em 1935 para ocupar o cargo de presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora. ABREU, Alzira Alves; CARNEIRO,

(2010) ainda afirma que os aliancistas se julgavam continuadores dos ideais tenentistas e, não somente desses, mas também, daqueles que prosseguiam com as lutas de todos os militares. E ainda acreditavam no apoio do exército e para a realização de um golpe e consequente derrubada do governo.

A pesquisadora Anita Leocádia Prestes (2005) qualifica como acontecimento chave para a fundação da ANL a mobilização de diversas lideranças expressivas da sociedade brasileira no combate à aprovação da Lei de Segurança Nacional ¹³, enviada por Getúlio Vargas ao Congresso Nacional. Objetivo que não foi alcançado, pois em 4 de abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional foi aprovada, sendo uma das primeiras medidas tomadas pela administração de Getúlio Vargas para aumentar ainda mais o poder do executivo federal e tentar minar qualquer tipo de movimento contrário ao Estado. "A Lei de Segurança Nacional é a arma contra as manifestações operárias e da oposição [...]" (CARONE, 1973, p. 58).

Para Pandolfi (2010), a aprovação da Lei de Segurança Nacional foi devido ao impacto de uma série de greves que aconteciam pelo país. Pela nova lei, o período de reclusão podia chegar a 10 anos para quem se enquadrasse em alguns dos delitos como manifestar-se de qualquer forma contra o governo, estimular ou promover levantes e greves entre os servidores públicos ou levantes entre os militares.

Nos meses subsequentes a sua fundação, a ANL se expandiu de forma espantosa, organizando seções em diversas partes do país em poucos meses de existência, representando uma grande ameaça, principalmente, caso não fosse desestruturada rapidamente.

Alan. Luís Carlos Prestes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br.. Acesso em: 12/09/2013.

Δ

¹³"Em 4 de abril de 1935, foi sancionada a primeira Lei de Segurança, definindo crimes contra a ordem política e social, a Lei nº 38. Essa lei inaugurou o critério, que até hoje se mantém, de deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado, o que sempre se fez para submeter tais crimes a um regime especial de maior rigor, com o abandono de garantias processuais. Outros crimes políticos foram definidos pela Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935, sancionada logo após a revolta comunista de novembro daquele ano. Para o processo e julgamento dos crimes políticos foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional (Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936) disciplinado, depois do golpe de 1937, que inaugurou a ditadura do Estado Novo, por diversos decretos-leis (nº 88, de 20 de dezembro de 1937; nº 428, de 16 de maio de 1938; nº 774, de 8 de junho de 1938). Foi essa uma de nossas mais terríveis e monstruosas experiências judiciárias" ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br. Acesso em: 22/10/2012.

Em 11 de julho de 1935, Getúlio Vargas assinou o decreto fechando a ANL. A justificava para tal fato foi a leitura do chamado *Manifesto de 5 Julho*, documento escrito por Luís Carlos Prestes, no qual era proposta a derrubada do governo, em um evento promovido pelos aliancistas 6 dias antes, em comemoração aos 13 anos da revolta tenentista do Forte de Copacabana. Segundo Anita Leocádia Prestes (2005), a real motivação para o ato do presidente era a expansão da ANL junto à opinião pública, bem como o aumento do número de simpatizantes e adeptos.

Em novembro do mesmo ano ocorreu o episódio que ficou conhecido como Revolta Comunista¹⁴, que segundo Anita Leocádia Prestes (2005) teria sido na verdade um levante antifascista, um grupo de militares na cidade de Natal deflagrou um movimento armado cujo objetivo era derrubar o governo. De Natal, onde os revoltosos mantiveram o controle da cidade por 4 dias, levantes ocorreram em Recife e no Rio de Janeiro, mas as forças governamentais conseguiram derrotá-los facilmente.

Segunda Anita Leocádia Prestes (2005), os levantes antifascistas de 1935 foram uma tentativa frustrada e desorganizada de alguns poucos comunistas de realizar um movimento armado para derrubar o governo vigente e implantar o regime comunista no Brasil, mas serviu de pretexto para a decretação de Estado de Sítio no país.

O Governo Vargas, não obstante o desgaste que vinha sofrendo junto a diferentes setores sociais, pôde tirar partido de uma conjuntura internacional favorável ao avanço do fascismo e ao estabelecimento de regimes autoritários para, com o apoio da direita e brandindo as bandeiras do anticomunismo, impor uma grave derrota às forças democráticas e progressistas do país (PRESTES, 2005, 118).

Em 1935, Getúlio Vargas ampliou seu controle sobre o Estado brasileiro, a partir da decretação do Estado de Sítio e posteriores renovações do mesmo, além da incrementação ao aparato repressivo. Cabe aqui uma interrogação: como foi a atuação da ANL em nível local.

¹⁴ A Revolta Comunista de 1935 ficou conhecida no período de Intentona Comunista, nome dado ao episódio com o objetivo de desqualificá-lo, por isso, nesse trabalho se optou por usar o termo Revolta Comunista.

No jornal *Diário da Manhã*¹⁵ do dia 4 de maio de 1935, encontramos uma nota na qual a Comissão Coordenadora da ANL convida a população para um encontro, no qual tratariam da constituição do movimento na cidade. O diretório provisório foi composto por José Santos Neves, Carlos Gerveira, Regner Cunha, Manoel Rolenberg, Ernani Abreu.

Em edição do dia 22 de maio, o mesmo jornal relata que ilustres figuras da Aliança Nacional Libertadora viriam do Rio de Janeiro para Vitória, a fim de participarem da cerimônia de instalação definitiva do Diretório Estadual. A edição de 14 de julho de 1935 trazia um telegrama de Filinto Müller endereçado ao Chefe de Polícia, Alfredo Machado Guimarães, avisando sobre a aprovação do decreto que determinava o fechamento dos diretórios da ANL.

No que se refere à atuação política da agremiação no estado, podemos citar o Deputado Gilbert Gabeira (PP/ES) – no *Diário da Manhã*, encontramos publicados dois telegramas do mesmo. No primeiro, o deputado afirma defender o ponto de vista da ALN e dos interesses do Partido Proletário. Gabeira era considerado um deputado classista.

No entanto, os movimentos de esquerda dessa época ainda carecem de estudos aprofundados. Fernando Achiamé (2010) relata que a atuação de comunistas em Cachoeiro do Itapemirim data da década de 1920, mas é na década de 1930 que esse grupo ganhou maior destaque devido às lutas travadas contra os Integralistas. As disputas entre militantes da ANL e da AIB no estado do Espírito Santo serão abordadas com maior profundidade no segundo capítulo.

1.5 Era Vargas e repressão

O governo de Getúlio Vargas marcou profundamente a história brasileira, incorporando características de outros regimes autoritários do período para garantir a execução de seus projetos. Como exemplo dessas características, podemos citar

_

O jornal Diário da Manhã estava entre os impressos favoráveis ao governo de João Punaro Bley. Os exemplares estão digitalizados e disponíveis na página da Biblioteca Nacional: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx

a atuação da Polícia Política e o terror como ferramentas fundamentais para assegurar as medidas administrativas da administração Vargas.

Dessa forma, segundo Elizabeth Cancelli, no regime comandado por Getúlio Vargas, a polícia se transformou no braço executivo do Estado e se estabeleceu um padrão de prática policial que se arraigou na sociedade brasileira, devido à peculiaridade política da época, caracterizado pela eliminação da separação entre governo e Estado.

[...] regime que criou uma polícia calcada na falta de princípios democráticos e que iria, por isso, se produzir e reproduzir como o grande agente social de instabilidade social, onde a primazia de um Estado violento, suportado pela ação policial, pretendeu a ordenação da sociedade no sentido de sua existência orgânica, a partir do credo na mítica da violência (CANCELLI, 1999, p. 309).

A autora esclarece que durante a administração Vargas, o Estado extrapolou o direito sobre o monopólio da violência "[...] e engendrou uma polícia capaz de produzir medo e terror, generalizando-os para todo o país, para as instituições e para fora ou para dentro de suas agências repressivas" (CANCELLI, 1999, p. 310).

Hannah Arendt (2012) afirma que o terror é uma característica marcante de regimes totalitários e que o uso do mesmo não depende da existência de oposição política interna. Tanto em relação aos comunistas, quanto em relação aos Integralistas, é perceptível que a repressão foi grande em momentos que esses grupos se encontravam completamente desestabilizados e sem força. No caso do Integralismo, o ano de 1942 foi um dos piores, visto a grande perseguição policial ocorrida naquele no período.

O Estado difundiu intencionalmente um discurso de instabilidade no país, criou na população uma insegurança causada pela suposta presença ameaçadora de ideias que ameaçavam a estabilidade de nossa sociedade. Primeiramente, o comunismo ocupou o lugar de destaque como principal inimigo do regime de Getúlio Vargas, depois, o antifascismo ganhou força, sofrendo grande perseguição qualquer um que demonstrasse simpatia a essas ideias.

Hannah Arendt (2012, p.441) afirma que nos regimes totalitários há a intenção de criar um estado de instabilidade permanente e essa é escondida com promessas de

estabilidade, pois a manutenção do poder depende de uma constante renovação do sistema. A renovação é alcançada através da eliminação dos inimigos do Estado.

Como já destacamos anteriormente, a administração de Getúlio Vargas estava inserida em um período de grande instabilidade política nacional, no qual variados movimentos desejavam se afirmar como a solução para a crise vivida pelo país. Os 15 anos do regime de Getúlio Vargas não compreendem um período uniforme da História Brasileira, pois foi necessário que o líder político passasse por uma série de adaptações e ajustes que possibilitaram sua permanência no poder.

Como vimos a Revolução de 1930 possibilitou a centralização político-administrativa do país, que antes estava difuso nas diversas oligarquias estaduais. Contudo, no decorrer dos primeiros anos de seu governo, Getúlio Vargas sofreu uma série de desgastes que ameaçavam sua permanência no controle do país.

A resposta para a superação da perda de apoio foi encontrada no anticomunismo. A luta contra o "credo vermelho" possibilitou o reforço da autoridade de Getúlio Vargas no decorrer de 1935 e 1936 e foi a justificativa para o golpe de 1937.

Os Integralistas também foram peça fundamental na luta de Getúlio Vargas contra o comunismo, mas, em 1938, de supostos aliados, os camisas-verdes se transformam nos novos oponentes do regime. A tentativa frustrada de golpe efetuada pelos integrantes da AIB foi resultado de sua decepção com o governo de Getúlio Vargas, que não os transformou no partido do governo depois do golpe do Estado Novo. Esse fato marcou o início de uma política anti-integralista, com a perseguição e prisão dos adeptos da AIB.

Os próximos capítulos pretendem mostrar que na verdade a relação entre o regime de Getúlio Vargas com a AIB possuía um caráter ambíguo. Apesar do aparente apoio aos chamados "camisas-verdes", Getúlio Vargas percebia neles uma possível ameaça aos seus planos e, por isso, transformou-os em alvo de investigação da Polícia Política anos antes de 1938, como demonstraremos no capítulo seguinte.

2. AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA - SEÇÃO ESPÍRITO SANTO

O conjunto documental utilizado neste trabalho fazia parte do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social e nos permitiu conhecer mais apuradamente a AIB-Seção Espírito Santo. Os dados analisados informam acerca dos primeiros encontros, estrutura organizacional da instituição, resultados eleitorais e disputas políticas.

Veremos que a AIB se fez presente nos meios de comunicação e na vida religiosa. A revista *Vida Capichaba* estampou em suas páginas diversas matérias sobre o Integralismo; o catolicismo era um dos pilares do movimento, o qual se fazia presente nos diversos ritos religiosos, desde batizados até casamentos, regulamentando a maneira de agir dos membros nesses momentos.

Neste segundo capítulo discutiremos os aspectos relativos ao Integralismo no Espírito Santo, analisando a estrutura do movimento e sua inserção na sociedade local. Afinal, a AIB transpassava o âmbito político da sociedade, afetando variados aspectos da vida das pessoas. Também será de fundamental importância analisar a relação entre Integralismo e a Polícia Política através das evidências deixadas pelos agentes policiais na documentação.

2.1 A AIB no Espírito Santo: início do movimento

Na pesquisa sobre a produção de literatura sobre a AIB no Espírito Santo, foi possível encontrar um Relatório de Pesquisa presente na área de coleções especiais da Biblioteca Central da UFES. Intitulado *Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo*¹⁶, tal documento trata das organizações partidárias entre 1934 e 1937, o texto relata que existiram 4 partidos políticos: o Partido Social Democrático, Partido da Lavoura, Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira, e somente os dois primeiros possuíam legalidade institucional e caráter estadual.

⁻

¹⁶ SILVA, Marta Zorzal e; ROCHA, Yara Regina Candelaria da. *Formação de liderancas locais no Espirito Santo.* [Vitória, ES?]: [s.n.], 1993.

Tal informação, segundo os dados levantados durante minha a pesquisa, indicam que tal "Relatório", especialmente sobre o movimento Integralista, estava equivocado. No que se refere ao Integralismo, o movimento possuía reconhecimento institucional, tanto que participou das eleições de 1935 com vários candidatos eleitos. É óbvio que no momento que o referido trabalho foi escrito, os estudos sobre o Integralismo no estado eram raríssimos.

Segundo Lazzaro (1992), estávamos entre os estados brasileiros, nos quais o Integralismo foi mais vigoroso – prova disso são os nomes de Archilau Vivacqua e José Cola, integrantes da Câmara dos Quatrocentos, um dos órgãos superiores da administração da AIB. A Câmara do Quatrocentos foi criada em julho de 1937 e seus membros foram escolhidos pelo Chefe Nacional. É um dos órgãos Integralistas que nos permitem caracterizar a evolução do movimento para uma organização préestatal. A decomposição do Conselho Nacional ¹⁷ foi responsável pela origem da Câmara dos Quatrocentos (poderia se transformar na câmara corporativa do período transitório para o novo Estado, seus membros eram escolhidos entre os militantes das diversas 'províncias integralistas), Câmara dos Quarenta (seria o futuro senado) e Conselho Supremo (dirigido pelo Chefe Nacional) (TRINDADE, 1979).

O primeiro núcleo Integralista no Espírito Santo foi fundado no dia 8 de agosto de 1933, na capital do estado. O movimento estava sob a chefia de Arnaldo Magalhães, tomando parte na mesa diretora Theophilo Costa, Adhemar Santo Neves, Arlindo Sodré, o diretor da Faculdade de Odontologia e Farmácia, professor Elpidio Pimentel e o cônsul da Itália dr Politti (AÇÃO Integralista no Espírito Santo. *Diário da Manhã*. Vitória, n. 3278, p.4, 10 ago. 1933). A AIB na cidade de Vitória estava inserida em meio à intelectualidade da capital, recebendo homenagens de organizações como o Instituto Histórico e Geográfico e Grêmio Literário Rui Barbosa, bem como de influentes figuras da sociedade local, como veremos adiante.

O primeiro Chefe local da AIB, Arnaldo Magalhães, era farmacêutico e, com proximidade à política estadual, em 1931 foi escolhido por João Punaro Bley para fazer parte do Conselho Consultivo do Estado (CONSELHO Consultivo do Estado. *Diário da Manhã*. Vitória, n. 2762, p.1, 17 Nov. 1931). Ele era sócio da firma "G.

-

¹⁷ O Conselho Nacional fazia parte da estrutura organizacional da AIB, estabelecida em 1934, no Congresso Integralista de Vitória, tinha uma função consultiva, mas, sem autonomia, por ser na verdade um órgão que assessorava o Chefe Nacional (TRINDADE, 1979).

Roubach & Cia", desde 1919, sócio do Clube de Regatas Saldanha da Gama, importante instituição esportiva local, e também era membro da comissão responsável em angariar fundos para a construção da Catedral de Vitória.

João Linhares foi o segundo chefe local da Província Integralista Capixaba. Era engenheiro da Estrada de Ferro Vitória a Minas, com destaque na sociedade de Vitória. Primeiramente com o cargo de Secretário de Organização Política da AIB, recebeu de Arnaldo Magalhães a Chefia Provincial em março de 1935, durante o II Congresso Integralista ocorrido na cidade de Petrópolis. O primeiro Chefe Provincial pediu dispensa por motivos de saúde, mas continuava vinculado ao Integralismo, visto que havia sido promovido ao posto de membro efetivo do Conselho Nacional da AIB (CONSELHO Consultivo do Estado. *Diário da Manhã*. Vitória, n. 2762, p.1, 17 Nov. 1931).

No sul do estado, mais especificamente na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, o núcleo da AIB foi fundado somente em 15 de maio de 1935 (BR ES APEES, DES. O. IAPC 2, p 4), comparecendo na cerimônia de inauguração o novo chefe província, José Linhares, os secretários provinciais Jair Etienne Dessaune e Otaviano Santos, além de representantes dos núcleos integralistas de Alegre, Muquy, Castelo e do núcleo distrital de Florestra (atual Burarama). Este último representa um caso singular, visto que Floresta, sendo distrito de Cachoeiro do Itapemirim teve seu núcleo da AIB fundado antes da sede do município. (FAGUNDES, 2011, p 201)

No município de Cachoeiro do Itapemirim, os militantes da AIB eram, principalmente, pequenos agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais. Esse grupo encontrou no Integralismo uma alternativa, frente às frustrações com o regime iniciado com a Revolução de 1930. Estavam economicamente prejudicados com crise do café iniciada em 1929, visto que a administração de João Punaro Bley garantiu auxílio somente aos grandes fazendeiros. Na política, seu desejo de participação efetiva foi suprimido frente aos interesses oligárquicos rearticulados no Partido Social Democrático e no Partido da Lavoura (OLIVEIRA, 2013, p.5-6).

_

¹⁸ O Integralismo no distrito de Floresta foi tão marcante que se tornou tema de um romance histórico chamado 'Anauê', no qual é relatado os impactos sociais e políticos dentro do lugarejo com a chegada da Doutrina do Sigma. GRILLO, José Marcelo. *Anauê!*: a apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos. Cachoeiro de Itapemirim, ES: [s.n.], [200-].

Mesmo diante de forte oposição de políticos tradicionais, os camisas-verdes conquistaram um grande número de adeptos. O relatório integralista de 1936 estabelece 23.518 adeptos do movimento em todo o estado, no qual os municípios de Santa Tereza, Castelo e Colatina contavam com maior número de adeptos, com 5480, 3.449 e 3.150 integrantes, respectivamente. Itapemirim possuía o menor número de filiados, com apenas 30 e, junto com João Pessôa, Rio Pardo e Calçado, constituíam o grupo de cidades com menos de 100 inscritos em cada uma.

Outro setor capixaba que teve uma relativa aproximação com a AIB foram os descendentes de imigrantes europeus, sobretudo a comunidade ítalo-capixaba.

No estudo de Trindade (1979, p. 150), ao se explicitar os motivos individuais de adesão ao Integralismo, em primeiro lugar está o anticomunismo, enquanto a simpatia pelo fascismo europeu aparece na segunda posição, sendo seguida pelo nacionalismo (menos da metade dos entrevistados pelo autor) e, em quarto lugar, a oposição ao sistema vigente.

Para Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992, p. 26), uma das motivações de italianos e descendentes na localidade de Venda Nova aderirem ao Integralismo foi a simpatia ao fascismo. Vieira (2004, p. 695) acrescenta que a participação em um movimento de caráter fascista, como era a AIB, aproximava-os da pátria de origem de seus antepassados.

No Brasil, houve uma atuação do governo fascista para divulgar nas comunidades ítalo-brasileiras os ideais fascistas. Ao analisar a relação entre a Embaixada italiana e os órgãos da colônia italiana em São Paulo, João Fábio Bertonha (2001) verificou a existência de apoio institucional, além de influência intelectual e política entre fascistas italianos e a AIB, e essa cooperação foi muito importante para a difusão das ideias de extrema direita no país, bem como orientar a definição do caráter do movimento Integralista.

As boas relações entre a AIB e o governo fascista italiano não se limitaram, porém, ao fornecimento de fundos por parte dos italianos. Elas foram muito mais complexas e intrincadas do que parecem à primeira vista e, como veículo para esse íntimo relacionamento, foram fundamentais as coletividades italianas presentes no Brasil e a estrutura de catequese montada pelo governo fascista para atingi-las (BERTONHA, 2001).

Acerca da relação da adesão ao Integralismo no Espírito Santo com questões étnicas, podemos afirmar que a documentação analisada não permitiu chegar a conclusões sobre tal tema, pois o fator preponderante para a filiação era o convite de pessoas influentes das comunidades que essas pessoas viviam, seguido pelo catolicismo e medo de perder suas terras, devido à ameaça comunista.

Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992, p. 27) afirmam que em Venda Nova, o sucesso da AIB se devia a Antonio Roberto Feitoza – grande número de antigos camisas-verdes confirmou que havia entrado para o movimento através de seu convite. Detalhe que a região de Venda Nova tem forte presença italiana, mas Roberto Feitoza não possuía tal ascendência, mas foi influente junto às comunidades de imigrantes no município de Castelo e eleito vereador naquela região.

Quanto ao catolicismo como motivo de filiação ao Integralismo, para Silvia Regina Ackerman (2009, p. 72), o mesmo deve ser incluído como fator preponderante para tal fato. A Igreja Católica no estado possuía forte ligação ao Integralismo, havia um grande número de religiosos filiados ou simpatizantes da AIB. O mais destacado foi o Padre Ponciano Stenzel, eleito vereador de Vitória como Integralista (ACHIAMÉ, 2010, p. 186). Ainda é importante mencionar que importantes integrantes da AIB-ES eram católicos fervorosos, como Jair Dessaune e Arnaldo Magalhães (ACHIAMÉ, 2010, p. 190).

Entre os motivos analisados anteriormente, o temor de perder suas pequenas propriedades com a possibilidade de instalação de um governo comunista foi um dos mais importantes motivos para que os indivíduos dessas comunidades de descendentes de imigrantes aderissem ao Integralismo.

Esclarecidos esses aspectos referentes à AIB no Espírito Santo, passemos a análise dos aspectos institucionais do movimento.

2.2 Estrutura institucional da AIB no Espírito Santo

Os dados que apresento nas tabelas seguintes foram extraídos de documentos oficiais da Ação Integralista Brasileira – Seção Espírito Santo. Ao lidar com esse corpus documental, devemos estar atentos ao fato de que nem sempre representam a realidade, pois os integralistas costumavam mascarar a verdade numa tentativa de transmitir para as pessoas um crescimento do partido, que, de fato, não estava acontecendo.

As tabelas a seguir foram extraídas de um relatório de 1936 da AIB - Espírito Santo que se encontra no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vejamos os dados fornecidos pela Tabela 1.

Tabela 1 – Estado do Espírito Santo População por municípios

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO | |
|-------------------------------|----------------|--|
| Conceição da Barra | 9908 | |
| São Matheus | 26049 | |
| Baixo Guandú | 11272 | |
| Collatina | 28913 | |
| Itaguassú | 20849 | |
| Santa Theresa | 32879 | |
| Pau Gigante | 20159 | |
| Santa Cruz | 24730 | |
| Fundão | 14765 | |
| Serra | 12177 | |
| Cachoeira de Santa Leopoldina | 32588 | |
| Affonso Cláudio | 33808 | |
| Domingos Martins | 36407 21627 | |
| Cariacica | | |
| Victória | 39308 | |
| Vianna | 15917 | |
| Espírito Santo | 10957 | |
| Rio Pardo | 18982 | |
| Muniz Freire | 24554 | |
| Castello | 36523 | |
| Alfredo Chaves | 19472 | |
| Guarapary | 19593 | |
| Anchieta | 17268 | |
| Iconha | 18847 | |
| Rio Novo | 13415 | |

continuação

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|-------------------------|-----------|
| Cachoeiro de Itapemirim | 46316 |
| Alegre | 57302 |
| Siqueira Campos | 27476 |
| Calçado | 27471 |
| São João de Muquy | 21602 |
| Itapemirim | 29208 |
| João Pessôa | 61426 |

Fonte: BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 121. Relatório da AIB-ES de 1936.

O Espírito Santo possuía, na década de 1930, uma população em torno de 700.000 (Sinopse estatística do estado do espírito Santo 1937, p. 53) habitantes, dos quais, 23.518 seriam membros da Ação Integralista Brasileira. Os camisas-verdes equivaliam a algo em torno de 3% da população estadual, o que num primeiro momento parece indicar que a AIB representasse um grupo insignificante entre a população estadual, mas, a próxima tabela nos permitiu perceber melhor a amplitude do Integralismo em terras capixabas.

Tabela 2 – População Integralista por região

| REGIÃO | MUNICÍPIOS | TOTAL MUNICÍPIO | TOTAL REGIÃO | TOTAL |
|----------------|---------------------|--------------------|--------------|-------|
| 1ª | Pau Gigante | 1.350 | 4.500 | |
| | Collatina | 3.150 | | |
| 2 ^a | Santa Thereza | 5.480 | 6.000 | |
| | Santa Leopoldina | 120 | | |
| | Itaguassú | 250 | | |
| | Affonso Cláudio | 150 | | |
| 3 ^a | Victória | 1.286 | 3.000 | |
| | Cariacica | 234 | | |
| | Vianna | 350 | | |
| | Domingos Martins | 820 | | |
| | Guarapary | 310 | | |
| 4 ^a | Cach. De Itapemirim | 2.513 | 4.298 | |
| | Alfredo Chaves | 637 | | |
| | Iconha | 602 | | |
| | Rio Novo | 508 | | |
| | Itapemirim | 38 | | |
| 5 ^a | Castello | 3.449 | 3.621 | |
| | Muniz Freire | 113 | | |
| | Rio Pardo | 59 | | |

continuação

| REGIÃO | MUNICÍPIOS | TOTAL MUNICÍPIO | TOTAL REGIÃO | TOTAL |
|----------------|-----------------|--------------------|--------------|--------|
| 6 ^a | Calçado | 60 | 2.099 | |
| | Alegre | 1.156 | | |
| | Siqueira Campos | 350 | | |
| | . Muquy | 480 | | |
| | João Pessôa | 53 | | |
| | | | | 23.518 |

Fonte: BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 113. Relatório da AIB-ES de 1936.

Segundo Mensagem Presidencial de maio 1935 (VARGAS, 1935, p. 20), o estado do Espírito Santo possuía 51.923 eleitores inscritos, sendo que no país compareceram 85% dos mesmos nas eleições de 1934. O relatório da AIB apresentado em outubro de 1935 traz um número maior de eleitores, ao todo 63.699 em todo o estado, dos quais 6.508 seriam Integralistas, ou seja, cerca de 10% do eleitorado estadual. Esse dado indica grande força eleitoral da AIB.

Nas eleições de 1935, fica evidente no Espírito Santo o aumento da força e penetração do movimento na política estadual, a AIB havia conseguido eleger dois prefeitos e 26 vereadores. Santa Tereza e Castelo foram os locais com maior número de nomeados, o primeiro com cinco e o segundo com quatro, inclusive, na capital Vitória apareceram os nomes de Jair Etienne Dessaune e Padre Ponciano Stenzel como escolhidos para o cargo na câmara municipal. A tabela abaixo elenca os municípios com respectivos prefeitos e vereadores Integralistas eleitos nas eleições de 1935/1936.

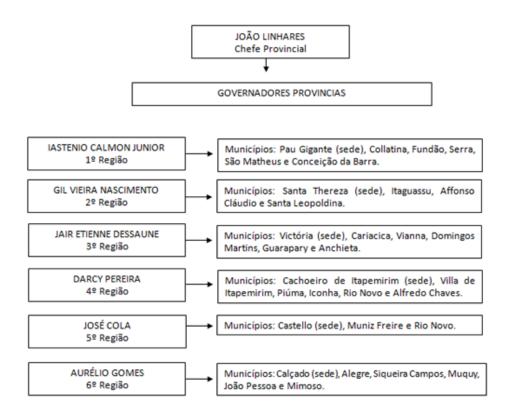
Tabela 3 – Prefeituras e vereanças Integralistas

| MUNICÍPIO | PREFEITOS | VEREADORES |
|-------------------------|-------------------------------------|---|
| Collatina | - | Sebastião Coser Resende João Dias Antonio Matos |
| Santa Thereza | Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi | Alberto Pretti João Siqueira Augusto Francesco Alfredo Alfonso de Alcantara Basílio Mendes Vasconcellos |
| Castello | - | Roberto Feitosa Luis Machado Archilau Vivacqua José Cola |
| Cachoeiro de Itapemirim | - | Dalton Penedo |
| Siqueira Campos | - | Bento Teixeira de Macedo |
| Pau Gigante | - | Lastenio Calmom Júnior Manoel Barbosa |
| Victória | - | Jair Etienne Dessaune Pe. Ponciano Stenzel |
| Vianna | - | Eustáquio Paula Moraes |
| Domingos Martins | Octaviano Santos | Artur Gehardt Jose Gegenheimer João Francisco Stein |
| Alfredo Chaves | - | Pedro Secchin |
| Iconha | | Lourival Serrão |
| Rio Novo | - | Ildefonso Souza |
| Guarapary | - | Emilio Soares |

Fonte: BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 123. Relatório da AIB-ES de 1936.

Ao eleger dois prefeitos e grande número de vereadores em vários municípios do Espírito Santo, o movimento Integralista demonstrou força política considerável. Toda essa amplitude da AIB se devia à dedicação e extrema organização dos mesmos. Hélgio Trindade (1979) salienta o fato de que a organização estrutural da AIB constituía um organismo pré-estatal, o Estado Integralista em potencial. O organograma a seguir nos permite visualizar de forma mais aprimorada a estrutura da AIB-ES a partir de 1936.

ORGANOGRAMA 1 – AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO



BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 119. Relatório da AIB-ES de 1936.

ORGANOGRAMA 2 - SECRETARIAS PROVINCIAIS



BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 119. Relatório da AIB-ES de 1936.

Os organogramas deixam evidente a complexidade do integralismo, baseado em uma clara hierarquia e num aparelho burocrático interno – afinal, um dos grandes objetivos do movimento era reeducar os militantes do movimento dentro de uma série de regras, princípios e normas que faziam parte do cerne da AIB. Para essa reeducação, ou melhor ainda, doutrinação nos princípios integralistas, a imprensa desempenhou destacado papel, como discutiremos nos tópicos seguintes.

2.2.1 Imprensa e Integralismo no Espírito Santo – impressos oficiais

Conforme esclarece Tatiana Bulhões (2012, p. 59), foi a partir de 1934 que surgiu a preocupação com a imprensa dentro da AIB. Com isso, paulatinamente se constituiu uma estrutura para controlá-la e administrá-la.

Através de diversas secretarias e departamentos, buscava-se coordenar a imprensa Integralista e monitorar a imprensa de fora. Como inicialmente o controle da imprensa era muito difuso, resultando em problemas para o movimento, em junho de 1936 foi criada a Secretaria Nacional de Imprensa que:

[...] seria órgão coordenador, orientador e organizador da imprensa integralista em todo o país e centralizaria um conjunto de funções: orientar e cooperar com os jornais integralistas, fornecendo matérias e, possivelmente fotografias, e direcionar ofícios do Chefe Nacional e artigos dos colaboradores integralistas de todo o país aos jornais; organizar empresas (sociedades anônimas de preferência) e obras que dessem auxílio financeiro à imprensa; auxiliar e estimular jornais integralistas e 'favoráveis' ao integralismo e enviar a estes artigos e notícias cuja publicação fosse considerada 'de interesse para a AIB'; fazer publicidade pela imprensa de tudo o que precisar o Integralismo, fazer intercambio entre 'homens de imprensa' filiados ou simpáticos à AIB; organizar reuniões e congressos para sistematização de trabalhos; avaliar os pedidos de matrícula e inscrever os jornais ligados ao movimento no consórcio *Sigma-Jornais Reunid*os e exercer a censura de todas as informações ligadas ao Integralismo em sua imprensa (BULHÕES, 2012, p. 61-2).

Cada palavra ou imagem presente nos periódicos Integralistas eram determinadas pela *Secretaria Nacional de Imprensa*. Assim, era possível padronizar a doutrinação dos militantes brasileiros via imprensa (CAVALARI, 1999, p.84).

Os periódicos compunham parte preponderante do movimento Integralista que, de acordo com Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999), podem ser classificados em dois tipos: jornais maiores com circulação diária, que se traziam desde a doutrinação até notícias diversas com charges e fotos e os jornais menores, que tinham o objetivo específico de "[...] transmitir a doutrina e notícias sobre o Movimento" (CAVALARI, 1999, p. 90). Ainda de acordo com a autora, raramente apareciam fotos ou charges nesses jornais menores, e, quando aconteciam, as imagens reportavam-se exclusivamente ao Integralismo.

A grande atenção do movimento Integralista à imprensa era devido a sua utilidade como instrumento de propaganda, cuja finalidade era mostrar para a população brasileira como a melhor solução para os problemas apresentados pelo país naquele dado momento da década de 1930 (BULHÕES, 2012, p. 248).

No Espírito Santo também circulou um periódico Integralista e saber de sua existência foi possível graças a um Relatório (BR ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 144-7) enviado para a Chefia Provincial em 18 de janeiro de 1937 – ainda não foi encontrado nenhum exemplar do mesmo.

Intitulado de *Idade Nova*, o periódico foi definido pelos seus idealizadores camisasverdes Itagildo Ferreira, Francisco Ferreira Vianna e Dair de Sousa Alves, sendo o primeiro responsável pela escolha do nome, como uma publicação nacionalista "[...] para defesa dos altos e superiores problemas da nossa pátria e que desenvolvesse as faculdades jornalísticas da nossa mocidade" (BR ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 145).

O nome escolhido se justificaria:

[...] em virtude de nos estarmos no limiar da Idade Nova. E também porque, quando todos discutem e ninguém se entende; quando a confusão se apodera de todos os espíritos; quando a incomprehensão é a média geral; quando o phantasma do medo domina todos os homens por sua própria culpa; quando as multidões se acham desorientadas por falsos profetas; quando a nossa Pátria se acha corrompida por uma infiltração judaica em todos os sentidos; quando Moscou nos espreita como presa fácil a sua volúpia sanguinária; quando a Europa toda estremece ante a marcha dos novos bárbaros; quando o occidente receia o oriente forte e temeroso, nós que somos o último occidente, desfraldamos a nossa bandeira nacionalista, [?] aos quatro ventos o limiar da Idade Nova (ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 145).

Segundo Ackerman (2009, p. 56), a escolha do nome *Idade Nova* refletia a ideia do Integralismo como marco do princípio de um novo tempo, no qual foram superados

os vícios da Primeira República. Ao analisar os Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional, a autora encontrou referência a 25 exemplares, mas também não localizou as publicações.

A primeira edição foi lançada no dia 10 de junho de 1936, com uma tiragem de 1.000 exemplares. Com periodicidade quinzenal, até a data de apresentação do referido relatório, foram impressos 10 números, sem nenhuma irregularidade na circulação.

O relatório (BR ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 146) ainda esclarece que, inicialmente, possuíam uma orientação nacionalista, embora no fundo fosse de cunho Integralista. Quando a partir da segunda quinzena de setembro, transformaram-no em um jornal de cunho completamente Integralista. Aparentemente, foi uma artimanha usada para facilitar a sua aceitação na sociedade.

Os autores reiteram que o jornal tem objetivos propagandísticos e doutrinários e que era mantido exclusivamente com o dinheiro dos anúncios veiculados em suas páginas, pois era gratuito no interior do estado.

Mesmo que ainda não tenha ocorrido a oportunidade de análise deste periódico integralista capixaba, através do livro de Rosa Maria Feitosa Cavalari, podemos inferir sobre a organização e conteúdo da *Idade Nova*. A autora elucida que a imprensa integralista possui duas características marcantes: "[...] a obediência do mesmo padrão gráfico e o constante recurso de estratégias de persuasão" (CAVALARI, 1999, p. 92). Os diferentes jornais possuíam as mesmas colunas, cujo objetivo era noticiar sobre acontecimentos referentes ao movimento.

O *Idade Nova* serviu como periódico oficial do Integralismo, mas, antes disso, a Revista *Vida Capixaba* foi largamente usada como meio de propaganda para a AIB, como veremos no tópico seguinte.

2.2.2 Imprensa Integralista no Espírito Santo – Revista Vida Capichaba

Segundo Rostoldo (2007), a Revista *Vida Capichaba* foi o veículo de comunicação mais importante da sociedade capixaba entre as décadas de 1920 e 1960. Surgida no bojo do movimento modernista, começou a ser publicada em abril de 1923,

ocupando o destacado papel no espaço literário, desde sua fundação até a década de 1940, além ser o impresso de maior circulação no Espírito Santo.

A revista refletia a sociedade da época e agia como um instrumento determinante de tendências, um referencial de atitudes, um modelo a ser seguido, e não apenas uma representação do cotidiano. A publicação identifica-se com a perspectiva reprodutora de interesses individuais ou de determinadas classes, funcionando como um elemento de manutenção de um padrão da ordem. Era um elemento inscrito no contexto social um verdadeiro meio de comunicação de massa capixaba, utilizado pela elite para transmitir seus padrões e interesses e reafirmar seu poder. (ROSTOLDO, 2000, p. 279-280)

Com tal relevância entre os meios de comunicação do estado, foi utilizada como ferramenta difusora do movimento integralista em nosso estado. Essa presença da AIB nas páginas da *Vida Capichaba* é explicada também por estar o reputado integralista Jair Etienne Dessaune entre seus colaboradores. Esse fato vai ao encontro da seguinte afirmação de Rostoldo:

A imprensa não é um produto natural de uma sociedade, mas é o resultado da necessidade do homem em expressar seus sentimentos, suas opiniões, suas atitudes, sua postura diante da vida e da realidade social. Qualquer meio de comunicação sempre está impregnado pela posição social dos seus interlocutores, pois o autor nunca esta ausente da obra que produz (ROSTOLDO, 2007).

Portanto, a adesão de Dessaune ao Integralismo possibilitou ao movimento o apoio da Revista *Vida Capichaba*, colocando-a entre os periódicos aliados da AIB.

A primeira menção à AIB aconteceu no número 347, de 30 de agosto de 1933. Uma página inteira com fotos de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Madeira de Freitas, um pequeno texto descrevendo as primeiras reuniões em Vitória e também a recepção a Plínio Salgado no Teatro Carlos Gomes.

Em 15 março de 1934, a edição número 360, descreve o I Congresso Integralista, ocorrido entre os dias 28 de fevereiro e 4 de março, em Vitória. O responsável pela matéria se esmerou no uso de adjetivos. A página também estampou as imagens de Plínio Salgado, Chefe Nacional Integralista e Arnaldo Magalhães, Chefe Provincial do Espírito Santo.

Segundo Tatiana Bulhões (2012), as imagens utilizadas pelos Integralistas nos periódicos visavam convencer e seduzir os leitores, o que ela denomina de argumentos fotográficos.



Figura 1 – Seção Integralista no Teatro Polytheama

Fonte: Vida Capichaba, 30 de maio de 1935, número 387, p.16 Acesso em: 23 set. 2013.">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&PagFis=13383&Pesq=integralismo>Acesso em: 23 set. 2013.



Figura 2 – Adeptos do Integralismo no Espírito Santo

Fonte: Vida Capichaba, 15 de agosto de 1935, número 392, p.19. Disponível em: Acesso em: 23 set. 2013.">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&PagFis=13383&Pesq=integralismo>Acesso em: 23 set. 2013.

Para melhor compreendermos o *argumento fotográfico*, extraí as imagens anteriores da Revista *Vida Capichaba*. A primeira imagem mostra uma grande multidão ouvindo atentamente uma palestra Integralista (observe que a imagem deseja transmitir ao leitor a capacidade da AIB de atrair multidões para seus eventos). Já a segunda imagem remete aos valores prezados pela organização, dentre eles a disciplina, família e decência.

Visto que a fotografia desempenhou papel tão importante na imprensa Integralista, com objetivo de auxiliar na propaganda e doutrinação, no próximo capítulo será feita uma análise mais aprofundada acerca de aspectos da utilização das fotografias pela Polícia Política.

2.4 A AIB no Espírito Santo: entre anuência e recusa do Estado

Demonstramos como a AIB cresceu desde sua fundação no estado de São Paulo em 1932 e contou com a realização das primeiras reuniões no Espírito Santo, organização dos primeiros núcleos, participação nas eleições locais. Apesar da proximidade com o governo de Getúlio Vargas, os Integralistas foram alvo das investigações policiais antes mesmo da decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Para Giselda Brito Silva (2011), Getúlio Vargas estava muito mais preocupado com o avanço Integralista do que com os comunistas, desarticulados em 1935. O apoio social que a AIB possuía, seu sensível crescimento foi acompanhado do aumento da desconfiança do presidente e dos chefes políticos locais, que colocaram a polícia para vigiar e monitorar as atividades dos camisas-verdes.

No plano nacional foi inegável a parceria existente entra a AIB e a administração de Getúlio Vargas. O exemplo maior dessa constatação é a cumplicidade de ambos na realização do golpe do Estado Novo – o Plano Cohen, principal prova da existência do perigo de golpe comunista, foi elaborado pelos Integralistas. Mas, ao recuarmos um pouco no tempo, no início dos anos 1930, encontramos motivos para que Getúlio Vargas tivesse cautela com Plínio Salgado. Hélgio Trindade (1979), ao analisar a

posição do futuro Chefe Nacional Integralista com relação à Revolução de 1930, demonstra que em um primeiro momento ele tinha posição contrária ao movimento, devido à impressão de que aqueles acontecimentos eram em nome do liberalismo e muda de atitude ao perceber que a revolução havia derrubado o sistema político anterior. Durante sua fase de jornalista política no periódico *A Razão*, evolui da posição de colaborador do novo regime a de hostil.

Durante o estabelecimento e amadurecimento da AIB, a administração de Getúlio Vargas se mantinha no controle do Estado brasileiro. Inseridos dentro da mesma conjuntura política, Plínio Salgado e Getúlio Vargas compartilhavam críticas semelhantes em relação à democracia liberal, caracterizando-a como inimiga da nação por seu caráter pluralista. Na concepção de ambos, esse pluralismo se sobrepunha aos interesses nacionais e, por isso, defendiam a organização da sociedade sob a direção um Estado forte e centralizado, capaz de construir uma sociedade una (SERRATTO, 2008, p. 192).

Aprofundando nossas questões sobre as divergências entre a Ação Integralista Brasileira e o governo de Getúlio Vargas, encontramos um desvio entre os dois em um ponto que superficialmente nos parece que concordam. Esse desentendimento está presente em dois aspectos primordiais de suas ideologias, o antiliberalismo e o anticomunismo.

Tanto a AIB quanto Getúlio Vargas eram antiliberais. Mas, o antiliberalismo Integralismo, quando comparado ao de Getúlio Vargas (considerado seu maior inimigo), possuía um desenvolvimento melhor elaborado. Esse aspecto é percebido de acordo com a interpretação do próprio comunismo como um desdobramento do liberalismo pelos Integralistas. E, principalmente, o Estado brasileiro que eles buscavam superar era liberal e não comunista. Já Getúlio Vargas deixava seu antiliberalismo em segundo plano, dando maior atenção ao anticomunismo (SERRATTO, 2008, p.160).

O anticomunismo era basilar tanto para Getúlio Vargas quanto para a AIB – ambos criticavam o comunismo por seu caráter internacionalizante, que se sobrepunha à nação. Mas, o anticomunismo Integralismo diferia do anticomunismo de Getúlio em alguns aspectos. Para os Integralistas, apesar dos inúmeros confrontos que ocorreram com os grupos de esquerda, seu anticomunismo era menos elaborado quando comparado ao antiliberalismo, utilizado, sobretudo, para fins doutrinários e

identitários do movimento. Para Getúlio Vargas, o anticomunismo serviu como meio legitimador para o seu governo (SERRATTO, 2008, p. 199).

Apesar da AIB e Getúlio Vargas serem anticomunistas e antiliberais, percebemos que divergiam em relação aos dois temas. Mas, a habilidade política do governante brasileiro fez com que ele ignorasse essas incongruências com os Integralistas, para usá-los como aliados enquanto foi possível. Maria Luiza Tucci Carneiro (1999, p. 662) salienta que, para o governo, a AIB era um grande aliado na luta contra a ameaça comunista, complementando a atuação dos órgãos de repressão anticomunista.

No Espírito Santo, os conflitos entre a AIB e grupos de esquerda foram frequentes. A leitura dos documentos Integralistas constituintes do acervo DOPS/ES transparece forte tensão entre os membros da AIB e os grupos de esquerda. Em correspondência de 3 de julho de 1935, trocada entre um Integralista de Vitória e outro de Cachoeiro de Itapemirim, comenta-se sobre a greve de trabalhadores na capital e a possibilidade do início de outra em Cachoeiro, além de alertas acerca da necessidade de estar atento aos ataques dos comunistas contra os camisas-verdes.

[...] Estamos de sobreaviso, porque os comunistas da Alliança, illudindo os operários estão agitando-os contra nós para darem o golpe deles. [...] No caso de um movimento comunista subversivo ahi, tomem attitide franca, decisiva, ao lado dos poderes constituídos, para defender a ideia de Deus, Pátria e Família. A liberal-democracia não presta, mas devemos apoia-la, quando estiver o comunismo querendo o lugar. [...] (BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 14, Fundo DOPS, Caixa nº 37)

Os integralistas demonstram apoio ao governo eleito, estando prontos para lutar e defender a ordem instituída, mesmo que essa não represente suas aspirações. O apoio da AIB ao governo eleito faz parte de sua necessidade de se legitimar como movimento baseado na ordem e no respeito, mesmo não estando em total consonância com os princípios defendidos pelo regime em vigor. Fica claro no trecho citado que, para os integralistas, era preferível lutar com os detestáveis liberais a permitir a existência de um governo comunista.

O folheto transcrito abaixo nos auxilia a dimensionar melhor os aspectos relativos ao clima de ameaça observado no documento anterior.

Alerta!

POVO EM CACHOEIRO: as liberdades democráticas a custo conquistadas por seus antepassados estão ameaçadas pelo terror fascista e imperialista representado pelos tombolinicos INTEGRALISTAS!

Alerta Povo! Defenda a sua liberdade que ela é sua própria subsistência. Vem aí a escravidão integralista! Alerta! CAMPANHA RACIAL, PERSEGUIÇÕES, PROSCRIÇÕES e A ANUNCIADA SEMANA DE SANGUE de Gustavo Barroso, eis o programa fascista de Plínio Tombola Salgado, onde os últimos representantes do civismo serão massacrados pelos agentes dos banqueiros e de Hitler!

Anuncia-se uma CONCENTRAÇÃO INTEGRALISTA PARA DOMINGO! Alerta na defesa dos seus direitos! Se o governo não intervir [sic] para fazer cumprir a Constituição e a Lei de Segurança, como é do seu dever, vá você, povo de Cachoeiro, defender suas liberdades!

Às 11 horas de domingo, 25, reunião do povo na Praça Jeronymo Monteiro para um comício de protesto contra a concentração integralista!

Abaixo o Integralismo! Abaixo os agentes do capitalismo! POVO, A POSTOS!

Julho, 25 de 1935. (BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 17. Folheto antiintegralista. Fundo DOPS, Caixa nº 37)

É evidente o tom de preocupação dos produtores deste panfleto em relação ao movimento Integralista, denunciando a ligação da AIB com o fascismo europeu. O termo tombolínicos é uma derivação de tombola, uma espécie de jogo de azar semelhante ao bingo. Plínio Salgado, líder máximo do Integralismo, recebeu o apelido de Plínio Tombola devido a sua participação na organização de uma tômbola, cujo valor arrecadado seria doado para a Cruz Vermelha, junto com Iracy Igaiara. A Tômbola premiaria o ganhador com uma soma em dinheiro e alguns terrenos, mas a mesma não ocorreu e os dois responsáveis ficaram com o valor arrecadado com a venda dos bilhetes e os prêmios previstos – daí o apelido recebido pelo Chefe Nacional da AIB (VIANNA, 2009, p. 57).

Os produtores do panfleto queriam criar uma imagem negativa da AIB, impedir que fossem realizados seus comícios. Os autores, inclusive, exigem a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra a AIB, a mesma que foi usada dias antes para desarticular a ANL, no dia 10 de julho de 1935, ou seja, 10 dias antes da produção desse folheto.

O passar dos dias não arrefeceu os ânimos na cidade. Segundo Pedro Ernesto Fagundes (2011, p. 11-2), o conflito mais violento entre membros da ANL e da AIB na cidade de Cachoeiro ocorreu entre os dias 1 e 3 de novembro de 1935, meses depois que os dois documentos acima foram escritos.

Alguns dias antes do Congresso, em carta de 26 de novembro de 1935, o Chefe Integralista de Cachoeiro descreve para o Chefe Provincial o ambiente da cidade como sombrio e demonstra preocupação com boatos espalhados pela cidade sobre a possibilidade de acontecer uma terrível chacina. O delegado é tido como aliado da AIB, apesar de não possuir força suficiente para conter as manifestações aliancistas. Havia o problema de sargentos manipulados por políticos locais e comunistas, com o intuito de prejudicar a AIB. A carta foi concluída com a afirmação de que somente os próprios integralistas poderiam se proteger, a não ser que o próprio governador enviasse reforço policial (BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 22).

Os fatos se desenrolaram em meio aos preparativos para Cachoeiro do Itapemirim receber o Congresso Integralista Estadual, com expectativa de participação do próprio Plínio Salgado. Sucintamente, a trama desenrolou da seguinte forma: no dia 1º novembro, ocorreu um ataque a um grupo de integralistas, com a consequente morte de Alberto Secchim, um jovem camisa-verde. No dia 3, integralistas e aliancistas se aglomeraram na estação ferroviária da cidade, com o intuito de receber o Chefe Nacional. O encontro dos rivais no local resultou em tiroteio com dois mortos e outros feridos (FAGUNDES, 2011, p. 10-1).

Em artigo intitulado "Sangue nos trilhos de Cachoeiro de Itapemirim-ES: Integralistas e comunistas e a disputa pela memória do conflito de 1935" (2010). Pedro Ernesto Fagundes utilizou relatos orais de indivíduos que presenciaram o tiroteio na estação e eles se mostraram contraditórios. Por isso, não foi possível saber de fato quem seriam os autores dos disparos.

No jornal Integralista *A Razão* (PRIMEIROS mártires do integralismo. *A Razão*, Pouso Alegre, n. 25, p. 3, 7 out. 1936), da cidade de Pouso Alegre, o exemplar de 7 de outubro de 1936, em matéria comemorativa aos 4 anos da Ação Integralista Brasileira, expõe com evidência no centro da página o nome dos intitulados primeiro mártires do Integralismo. Dos nove citados, dois são do Espírito Santo. Um deles é o Alberto Secchin, no episódio que descrevemos acima, e o outro é Amadeu Faustine.

De acordo com Silvia Regina Ackerman (2009, p. 50), o conflito ocorreu na localidade de João Neiva, município de Pau-Gigante. Diferente do conflito na estação de Cachoeiro, em João Neiva estavam envolvidos somente policiais e um grupo de Integralistas. O confronto resultou na morte de Amadeu Faustini. Os

Integralistas culparam o prefeito e o secretário do Interior pelo ocorrido. Os núcleos da AIB no município acabaram fechados pela polícia depois do conflito.

A autora ainda diz (ACKERMANN, 2009, p. 52-3) que a liderança da AIB do estado foi recebida pelo próprio João Punaro Bley para expor as dificuldades enfrentadas pelos camisas-verdes de Pau-Gigante. O governado prometeu tomar atitudes enérgicas para resolver o problema, mas nada foi feito. Assim, Ackerman conclui que a atitude do governador frente aos acontecimentos de João Neiva revela que, "[...] apesar de não declarar abertamente, não via com simpatias o movimento integralista do Espírito Santo, permitindo e, talvez, até estimulando a perseguição de seus dirigentes" (ibid, p. 53).

Quanto à presença do comunismo no episódio de João Neiva, o jornal Integralista *A Offensiva*, de 13 de setembro de 1936, estampa a seguinte manchete: *Assalariados de Moscou infiltrando-se na polícia espírito-santense atiram barbaramente sobre os camisas-verdes, em João Neiva, Município de Pau Gigante. O integralista Amadeu Faustini tomba, attingido pelas costas. A matéria descreve os acontecimentos do dia 6 de setembro, denominando de <i>vandalismo innminavel [sic] por parte de elementos comunistas e políticos residentes* (ASSALARIADOS de Moscou. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n 284, 13 set. 1936). Cita-se que em Pau Gigante, dois dos cinco vereadores eram Integralistas. A matéria concluiu que o fato era fruto da união de políticos locais e comunistas, cujo objetivo era desestruturar a AIB local.

Depois de analisados os conflitos de Cachoeiro do Itapemirim e João Neiva, foi possível perceber a hostilidade entre Integralistas com outros grupos políticos. No caso de Cachoeiro a participação de membros da ANL é evidente, mas, em João Neiva, o choque não foi entre AIB e ANL.

A matéria do *A Offensiva* revela que, no caso de João Neiva, havia forte tensão entre os políticos membros do Partido Social Democrático e os Integralistas. A AIB acusa como algozes o prefeito de Pau Gigante, Hildo Garcia, o médico Simplício Azevedo Pio, e o Secretário do Interior, Celso Calmon Nogueira da Gama, que buscavam prejudicar os Integralistas locais. No segundo relatório da chefia provincial podemos reiterar a afirmação anterior.

Continuaremos a affirmar que o principal responsável pelas ocorrências é o indivíduo José Simplicio de Azevedo Pio, e em segundo lugar o prefeito dr. Hildo Garcia, e por último, o dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário do Interior (BR ES APEES, DES. O. IAPC. 4, p. 34).

Hostilidades entre a seção do Espírito Santo da AIB com os membros do Partido Social Democrático não foi um caso restrito a Pau-Gigante: outros municípios registraram hostilidades entre os dois grupos.

O livro *Lembranças Camponesas* narra aspectos da vida dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Um dos capítulos trata especificamente sobre o Integralismo naquela região, através dos relatos de diversos indivíduos que presenciaram o desenrolar dos acontecimentos da década de 1930. Para os entrevistados, o fator preponderante para a adesão à AIB foi o anticomunismo. Os camisas-verdes disseminaram entre a população rumores sobre o perigo comunista "[...] com medo de perderem a terra e tudo aquilo que adquiriram a duras penas, os italianos e seus descendentes em Venda Nova, aderiram em massa ao integralismo [...]" (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p.26).

Devemos esclarecer melhor sobre as características exóticas do comunismo dessas pessoas. Lazzaro, Coutinho e Franceschetto comentam sobre isso:

Esse comunismo tão temido pelos integralistas de Venda Nova, não era representado pelo Partido Comunista Brasileiro, mas pelo Partido Social Democrático, chamado pelos integralistas de Partido Sem Deus, que tinha partidários próximos a eles em Castelo e Conceição do Castelo (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 27).

No capítulo 1 foram apresentadas as principais características do PSD/ES, recordando que esse era a base de apoio do governo de João Punaro Bley. Dentro do Espírito Santo, era o partido com maior força representativa no estado. A maior parte da elite política tradicional se filiou a esse partido na década de 1930.

Para melhor ilustrar a rivalidade existente entre os membros da AIB e do PSD, transcrevemos abaixo um trecho de uma carta do Chefe Integralista de Castelo, José Cola, no qual é relatado sobre um tiroteio ocorrido no dia 25 de julho de 1937, em um pequeno distrito do município, chamado Santo André. Os arquitetos do atentado são apontados entre importantes membros do PSD.

Santo André é um distrito de Castelo. Deve ter umas quarenta famílias. Tem uma serraria, onde trabalham de 40 a 60 pessoas. O proprietário dessa serraria é o sr. Caio Machado Martins, um dos chefes do PSD, ex-prefeito, atual presidente da Câmara Municipal de Castelo. Três dias antes do tiroteio disse ele que saia de Santo André para não ser responsável pelo que houvesse, embarcando para Vitória, onde se encontra Mario Correia de

Lima, presidente da Assembleia Estadual, vice-presidente do PSD e chefe político em Castelo e culpado também por tudo que se tem dado aqui. Caio Martins combinou a trama, forneceu grande quantidade de munição, carabinas. Aarão Jorge Júnior e Manoel Pires Martins trabalharam ativamente para prepararem o golpe. O primeiro é oficial do Registro Civil e Manoel Pires é prefeito, todos chefes do PSD (BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p.169. Carta do Chefe Integralista de Castelo ao Chefe Nacional. 27 de julho de 1937).

Em outro relatório (BR ES APEES, DES. O. IAPC. 4) sobre esse conflito, denominado *massacre comunista*, são detalhados todos os envolvidos no ataque aos integralistas – mesmo os camisas-verdes reconhecendo os mandantes do ataque como influentes membros do Partido Social Democrático, não deixam de associá-los ao comunismo.

O Integralismo em Castelo representava grande ameaça aos políticos tradicionais, fato comprovado nas eleições municipais de 1935, na qual a AIB elegeu 4 vereadores, o que foi demonstrado no início desse capítulo. Para o cargo de prefeito, mas mesmas eleições, o candidato Integralista João Rangel¹⁹ recebeu 766 votos, enquanto o ganhador, Manoel Pires Martins, recebeu 992 votos (FAGUNDES, 2005, p. 6). A pequena diferença de votos entre os dois candidatos (apenas 226), mostra a dimensão da força do Integralismo em Castelo, daí a necessidade de se desqualificar o movimento.

Como discutimos anteriormente, essa associação do PSC com o comunismo é fruto da necessidade dos integralistas de doutrinar seus seguidores dentro de suas diretrizes, criando um inimigo a ser combatido, pois ela ameaçava a vida dessas comunidades. Mostramos que a AIB via o comunismo como produto das mazelas do sistema liberal, logo, podemos concluir que a partir dessa visão da doutrina Integralista, não seria ilógico chamar o PSC de comunista.

núcleo de Castelo. Caixa nº 37).

_

¹⁹ João Rangel pertencia ao Partido Social Democrata. Sua candidatura pela AIB gerou grande polêmica, sendo acusado por seus antigos aliados de entrar para o Integralismo somente para conseguir lançar sua candidatura. Após a derrota, declarou que mostraria aos seus adversários como se trabalha para os camisas-verdes (BR ES APEES, DES. O. IAPC, p.1. Relatório Integralista do

3. DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL: LEGITIMANDO A REPRESSÃO

A AIB no Espírito Santo obteve ampla inserção na sociedade e atividades políticas – como pudemos perceber até o momento -, transformando-se em ameaça para muitos políticos tradicionais. Ao se tratar de sua relação com a administração Bley, os documentos oficiais da AIB indicam certa ambiguidade, pois o governo estadual mostrava aparente interesse pelos problemas sofridos pelos camisas-verdes, que diversas vezes levaram suas reclamações diretamente ao Palácio Anchieta, mas essa proximidade ao governador não evitou que o movimento enfrentasse diversos problemas. Procuramos, nesta última parte do trabalho, determinar a real posição do governo com relação aos integralistas dentro do Espírito Santo, a partir da análise dos documentos da Polícia Política.

Iniciamos nosso caminho traçando um panorama do desenvolvimento da instituição policial que se deu, principalmente, com as manifestações de trabalhadores durante a Primeira República, as quais criaram a necessidade de criação de uma força policial capaz de realizar o controle de grupos que se revelaram um atravanco aos projetos da elite. Em seguida, apresentaremos a evolução institucional da DOPS/ES a partir da década de 1930. Por último, apontaremos os principais pontos relativos ao modus operandi dessa instituição.

3.1 A Polícia Política: a sociedade sob vigilância

A compreensão da Polícia Política parte do entendimento do conjunto de situações que levou a necessidade de constituir, ainda na Primeira República, uma instituição capaz assegurar a ordem, afastando qualquer tipo de perigo que pudesse afetar o poder instituído no país (PEDROSO, 2005, p.31).

Segundo Fernanda Torres Magalhães (2008) a imigração, urbanização e industrialização²⁰ são fatores que afetaram profundamente a sociedade brasileira do

industrialização do Brasil se concentrou nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo assim,

²⁰ O Espírito Santo constituía-se um estado basicamente agrária existindo poucas indústrias naquele período. A

fim do século XIX até o advento do governo de Getúlio Vargas. Imigrantes que, primeiramente, foram empregados no trabalho rural abandonaram essas atividades e foram para as cidades, ocasionando uma urbanização descontrolada. (MAGALHÃES, 2008, p. 40)

A partir do final do século XIX, grupos de trabalhadores, no campo e na cidade, passam a promover manifestações de desagravo às condições de vida. Isso se intensifica a partir do início do século XX, quando trabalhadores se organizam em torno de associações e sindicatos, o que fortalece as reivindicações. Se utilizando do artifício da greve, principal mecanismo de luta, que, durante as duas primeiras décadas, vão estourando, aqui e ali. Tendo na greve geral de 1917 o exemplo maior do poder da classe trabalhadora (LEITÃO, 2009, p.3).

As condições degradantes de trabalho nas fábricas brasileiras e o elevado custo de vida, que consequentemente não permitia aos trabalhadores terem o essencial para sobreviver (mesmo trabalhando exaustivamente), impulsionou a necessidade dos operários se unirem, a fim de pressionar patrões por melhores condições de trabalho. A Greve Geral de 1917 demonstrou o poder de organização dos trabalhadores, que, segundo Boris Fausto,

[...] assumiu na memória social o sentido de um ato simbólico e único. Símbolo de uma mobilização de massas impetuosa, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas, não contaminadas pela infecção burocrática (FAUSTO, 1976, p.192).

A resposta dos governantes da Primeira República e as reivindicações dos trabalhadores foram as medidas repressivas. Anarquistas e líderes operários estrangeiros sofreram forte repressão entre 1919 e 1920. Até que em 1921, o Congresso aprova a expulsão dos estrangeiros perigosos para a ordem pública e segurança nacional, além de regulamentar o combate ao anarquismo. No decorrer dos anos 1920, uma série de outras medidas repressivas foram adotadas com o intuito de controlar os movimentos operários. As indústrias paulistanas criaram fichas com os dados dos indivíduos indesejáveis, atributo que, em 1927, foi transferido para as forças policiais daquele estado. A identificação facilitava o controle daquilo que se queria eliminar (MAGALHÃES, 2008, p.42-4).

A polícia era peça chave para repressão política e social e a violência foi tática fundamental para o Estado manter a ordem social.

Cria-se o mito da ordem, a edificação de uma sociedade ideal, que se encontra com o plano modernizador e "civilizador" almejado pelo Estado e pelas elites. Essa sociedade idealizada para ser atingida deve afastar e repreender estes grupos que conspiram e destroem a ordem social, que são os anarquistas, comunistas, grevistas, entre outros, além dos despossuídos, de um modo geral. À polícia será atribuída a função de "educar dentro da civilidade" as camadas trabalhadoras e, para tanto, as práticas de violência, quando "pedagógicas", serão permitidas (LEITÃO, p. 3).

Segundo Florindo (2011), durante a Primeira República, a polícia adquiriu preponderância no que se referia ao controle da questão operária e sua maneira de agir caracterizada pela ação truculenta, ainda marcante na atual polícia brasileira.

O órgão atuou com destaque na guerra suja travada no "interesse da segurança nacional" contra os partidos e militantes da revolução social e demais grupamentos considerados perigosos à ordem burguesa. A máquina repressiva agiu desde sua formação na República Velha até sua extinção nos momentos finais da ditadura militar com grande liberdade frente às normas legais. Aliás, as próprias normas legais eram alteradas em conformidade com as necessidades de enquadramento e profilaxia dos discordantes (FLORINDO, 2011, p. 125).

O autor ainda ressalta que durante a administração Vargas, o aparato repressivo, principalmente aquele destinado ao controle da ordem política e social, recebeu grandes investimentos, no entanto, o traço patente da instituição eram os abusos de seus investigadores. Apesar de a truculência transpassar despreparo dos policiais, a Polícia Política passou por amplo processo de modernização, pois Getúlio Vargas percebia que era uma instituição de fundamental importância para a consolidação e legitimação do regime (FLORINDO, 2011).

Desde a Revolução de 1930, o grupo instituído no poder, paulatinamente foi introduzindo, aperfeiçoando e aumentando um aparelho repressor que lhes daria um adequado suporte ao projeto de constituição do Estado fortemente centralizado, que se concretiza com a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. No plano nacional o decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933, criou a Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DESPS), cuja finalidade era coagir condutas políticas que ameaçassem a ordem e a segurança pública. Para tanto, era de sua competência manter dossiês com informações de indivíduos e organizações políticas suspeitas.

Maria Aparecida de Aquino (2002) explica que a causa da criação de um "[...] aparato repressivo do Estado, voltado, essencialmente, para a vigilância sobre os considerados suspeitos de desordem política e/ou social" (AQUINO, 2002, p 53) foi o contexto conturbado da Primeira República. Em relatório anual de 1943, um delegado da DESPS define as atribuições do órgão:

- A Seção de Segurança Política é encarregada de "inibira reorganização dos serviços de espionagem e observar os espiões de serem suspeitos eixistas e de evitar a sabotagem econômica, além de observa os movimentos políticos dos inimigos do Governo";
- A Seção de Segurança Social cabe a observação e fiscalização do "problema trabalhista", encarado como as vicissitudes do movimento sindical que, com o retorno do país ao regime instituído pela Constituição de 1934, fizeram recrudescer as atividades extremistas de esquerda e de direita que volveram suas vistas para a massa operária numa infiltração nociva contraproducente. O que muito concorreu para os ensaios de desagregação foi o contingente de elementos alienígenas (FAPERJ, 1996, p. 12).

A Delegacia de Ordem política e Social foi uma instituição a serviço das determinações do governo de Getúlio Vargas e um dos seus principais objetivos era a identificação e eliminação dos inimigos desse governo.

3.2 Polícia Política: a evolução institucional do braço repressor do Estado

O Relatório da Secretaria de Interior do Estado do Espírito Santo, apresentado ao governado João Punaro Bley (referente ao período de abril de 1935 a maio de 1935), traz informações esclarecedoras sobre a constituição da polícia no Brasil e no Espírito Santo. Segundo tal documento, a lei nº 261 de 28 de dezembro de 1841 foi a responsável pela estruturação da polícia no Brasil, ou seja, traçou a organização policial no Brasil, regulamentando as atribuições dos cargos de polícia com pequenas modificações nos anos subsequentes (APEES, 1937, p.197).

No Espírito Santo o serviço policial teria sido organizado pela Lei nº 3, de 14 de junho de 1892, enquanto a Secretaria do Interior foi regulamentada pelo Decreto nº 11, de 28 de junho de 1892. Em 28 de dezembro de 1907, é aprovada a Lei nº 520, que modifica essa organização, sendo regulamentada pela Resolução nº 49, de 21

de maio de 1909 e aprovada pelo Decreto nº 356, de 22 de maio de 1909 e complementado pelo Decreto 583, de 5 março de 1910 (APEES, 1937, p.202).

Como na década de 1920 temos uma série de perturbações ocasionadas pelas greves de trabalhadores, o governo realizou nova reestruturação na polícia, visando evitar esse tipo de problema. A Lei nº 1541, de 9 de junho de 1925, regulamentada pelo Decreto nº 7.230, de 7 de dezembro de 1925, modifica as atribuições das autoridades policiais e os serviços de polícia passam a ser superintendidos pelo Secretario do Interior e por um delegado geral de polícia – auxiliar imediato na direção da polícia Civil.

A Lei nº 2, de 28 de outubro de 1935, fixou o efetivo policial capixaba em 712 homens que, de acordo com o Relatório da Secretaria do Interior, era um número insuficiente para atender todo o Estado, chegando frequentemente, reclamações das mais diversas regiões sobre a insuficiência de policiais (APEES,1937, p. 143).

O Relatório (APEES,1937, p. 321) ainda afirma que, em relação aos aspectos legais, no Espírito Santo havia uma legislação suficientemente adequada regulamentar os serviços policiais no estado – havia sido aprovada em 31 de dezembro de 1928 pela Lei nº 1697 que, entre outros aspectos, determinava a organização da instituição policial que ia desde o Delegado Geral de Polícia até os seus subordinados nas várias instâncias.

A polícia política do Estado do Espírito Santo surgiu oficialmente em 27 de novembro de 1930, a partir da criação do cargo de delegado de Ordem Social, órgão subordinado à Delegacia Geral. A criação da polícia política capixaba foi uma das medidas adotadas durante os primeiros meses do governo provisório de João Punaro Bley. O objetivo era reorganizar a estrutura jurídico-administrativa do Estado e equipar as instituições da área de segurança social, apesar de, originalmente, esse órgão não contar com muita estrutura (FAGUNDES, 2011, p.16).

Getúlio Vargas implantou dinamismo e controle interno da polícia, iniciando a reestruturação desse aparato de vigilância e repressor logo após tomar o controle do país em 1930 (CANCELLI, 1993, p.65). A reorganização da estrutura da polícia foi desde o nível federal, até o estadual, garantindo, assim, o controle de Getúlio Vargas sobre a instituição. As tabelas 4 e 5 nos permitem perceber melhor a estrutura e a organização da polícia capixaba. A tabela 4 mostra as principais

autoridades policiais do estado, representadas pelo Chefe de Polícia, auxiliado por Delegados Auxiliares, Comissários e Delegados Regionais:

Tabela 4 – Relação das autoridades policiais da capital

| Nome | Cargo ocupado | |
|-------------------------------|-------------------|--|
| Dr. Alfredo Machado Magalhães | Chefe de Polícia | |
| Dr. Paulo de Tarso Velloso | Delegado Auxiliar | |
| Dr. Moacyr Figueiredo Côrtes | Delegado Auxiliar | |
| Francisco de Siqueira Varejão | Commissario | |
| Américo Machado | Commissario | |

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretário (1936-1943: Gama). Relatório do Exmo. Sr. Secretário, Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, referente ao período de abril de 1935 a maio de 1936. Vitória: Imprensa Oficial, 1937.

A Tabela 5 mostra que, para facilitar a organização policial no estado, ele foi dividido em duas regiões – Norte e Sul. A Zona Norte possuía sua sede administrativa em Colatina, enquanto a Zona Sul em Cachoeiro do Itapemirim, e cada delegacia regional era chefiada por um respectivo delegado, como citado na tabela abaixo.

Tabela 5 – Relação dos delegados regionais

| Zona Norte (Collatina) | Zona Sul (Cachoeiro do Itapemirim) |
|--------------------------------|------------------------------------|
| Dr. Arlindo Martins Figueiredo | Dr. Ziul Pinheiro |

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretário (1936-1943: Gama). Relatório do Exmo. Sr. Secretário, Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, referente ao período de abril de 1935 a maio de 1936. Vitória: Imprensa Oficial, 1937.

A organização policial de cada estado do Brasil, inicialmente, estava subordinada aos governadores ou interventores, mas, posteriormente, esse controle foi transferido para a polícia do Rio de Janeiro, capital federal na época. Desde 1933, um decreto presidencial havia estabelecido que o serviço policial do Distrito Federal estava diretamente subordinado ao Presidente da República, que era o responsável pela nomeação do Chefe de Policia da capital federal, sendo que entre 1933 e 1942 o cargo foi ocupado por Filinto Müller (CANCELLI, 1993, p. 49-1). Toda a estrutura policial do país era extremamente centralizada e o chefe de polícia respondia diretamente a Getúlio Vargas. As polícias estaduais mantinham uma teia de

informações e troca de dados que possibilitavam a fabricação de estratégias de dominação política.

Como demonstrado no capítulo 1, uma série de acontecimentos (o maior deles é a Revolta Comunista de 1935) serviram de pretexto para a administração Vargas dispor de mecanismos de controle social mais eficazes. Construiu-se um discurso que tinha por objetivo convencer a população da ameaça iminente que o país sofria devido à intromissão em nosso território de elementos estrangeiros, perturbadores da ordem estabelecida. Do relatório elaborado pela Secretaria do Interior do Estado do Espírito Santo, em 1937 extraímos as seguintes advertências:

Ameaçada a estabilidade do regimen liberal-democrático, em que vivemos e de que nos ufanamos, nella se processaram, sem desfallecimento, com rapidez e segurança admiráveis as rebatidas e contra golpes decisivos, anulando os esforços e desejos impatrióticos dos que pretenderam subverter as instituições nacionaes, escravizando-nos ao estrangeiro audaz, sob o falso pretexto das ideologias radicalmente condemnadas (BLEY, 1939, p.10).

A administração Vargas criou e manipulou a ameaça a ordem pública, a qual Regina Célia Pedroso define "[...] a partir da concepção material ou objetiva do Direito que a concebe como uma circunstância de fato ou como um fim do ordenamento político e estatal" (PEDROSO, 2005, p. 39). A autora continua fundamentando que o direito material é revelado através dos variados sistema de normas existentes, orientados por doutrinas ideológicas ou princípios políticos doutrinários, logo, "[...] devemos tomar como parâmetro para a definição de ordem pública não apenas a realidade presente do momento político, como também uma realidade hipotética, idealizada pelos homens do poder apoiados por uma elite intelectualizada" (PEDROSO, 2005, p. 40).

Os governantes falam em seus relatórios acerca de uma suposta estabilidade existente, que naquele momento estava ameaçada pela infiltração de ideologias estranhas ao povo brasileiro, responsáveis pela insegurança daqueles dias. "A ordem pública está ligada a situações de normalidade social, a partir das quais os poderes constituídos do Estado têm leis legítimas como parâmetros" (PEDROSO, 2005, p. 40). Assim, para a autora, é a necessidade de manutenção da moralidade e dos valores fundamentais de uma sociedade que criam a premência da aplicação de leis cujo alvo é a justiça.

Regina C. Pedroso (2005) continua seu texto afirmando que a polícia se apresenta como instituição paladino do direito, pois é ela quem institui os desviantes, unida ao padrão de ordem ditado pelo modelo de organização social estabelecido pelos parâmetros sociais da ordem pública.

No item sobre a ordem pública, o relatório de João Punaro Bley (citado anteriormente) enaltece os aspectos pacíficos e ordeiros do capixaba e alerta para o perigo da tranquilidade reinante, como demonstra o trecho a seguir:

Agora, porém, perturba essa vida serena e tranquila a segurança nacional que vem sendo comprometida em todos os setores da actividade econômica e social da Paiz pelos elementos divorciados do Direito, da Família e da Religião, oriundos de nações cujos atributos da vida política, social e econômica, differem bem do que praticamos (BLEY, 1939, p.111)

Pela análise da documentação percebe-se a intenção das autoridades em criar uma suposta situação de perigo para a sociedade. Inicialmente, o maior representante dessa ameaça era o comunismo, depois, passando para o fascismo, cujo grupo mais expressivo em território nacional era a AIB, antiga aliada de Getúlio Vargas na repressão ao comunismo, mas que era observada com desconfiança pelo regime.

O Integralismo estava sob a vigilância do governo de Getúlio Vargas mesmo antes de entrar na ilegalidade em 1938, porque o grande crescimento do movimento em nível nacional era motivo de preocupação. Logo, os camisas-verdes foram alvo do olhar vigilante dos investigadores da DOPS, responsáveis por identificar e reprimir qualquer um que representasse perigo à ordem estabelecida.

As fontes da DOPS/ES referentes ao Integralismo no Espírito Santo nos permitem abordar o tema sobre a ótica policial que, apesar de representar um ponto de vista parcial acerca do movimento, "[...] ele não invalida a proposta de reconstruirmos os valores emitidos pelas autoridades policiais, articuladoras dos mecanismos de repressão: delegados, investigadores, escrivães e todo *staff* da Polícia Política" (DIETRICH, 2007, p. 31).

Segundo Ana Maria Dietrich (2009), a Polícia Política teve a responsabilidade de garantir o poder do Estado sobre a população, de observá-la em todo momento, tornar-se onisciente, registrar cada ação suspeita. É possível percebemos que este aparato de poder do estado autoritário brasileiro tem como objetivo a destruição de todo e qualquer indivíduo que se enquadre dentro da lógica da suspeição: o possível

inimigo do Estado deve ser identificado e seus possíveis planos frustrados, antes mesmo que possa representar um perigo real.

Giselda Brito Silva (2011) afirma que Getúlio Vargas observava o movimento Integralista com maior preocupação do que ele possuía com os comunistas, visto que os camisas-verdes possuíam certo apoio social. Podemos perceber no capítulo anterior que a AIB alcançou grande penetração política e social no Espírito Santo, o que não era diferente também no restante do país, daí a necessidade de colocá-los sob vigilância constante.

3.3 Classificando o suspeito: as categorias de suspeição

Ana Maria Dietrich, em seu trabalho sobre o Partido Nazista em São Paulo, cunha o termo categorias de suspeição com o qual pretendeu estabelecer os critérios usados pela Polícia Política para caracterizar alguém como inimigo objetivo²¹ do Estado (DIETRICH, 2007, p. 128).

Percebemos que a ação policial não era motivada por atitudes concretas cujo objetivo seria desestabilizar o Estado e sim qualquer tipo de comentário; simples atitudes desvinculadas de conotação política poderiam ser classificadas como indício de que uma pessoa ou grupo representariam um perigo para o regime e, por consequência, deveriam ser investigados, e, se fosse necessário, neutralizado o quanto antes.

A AIB era alvo das suspeitas de Vargas, apesar da aparente cooperação entre os mesmo entre 1932 e 1937. O Putsch Integralista de 1938 destrói qualquer oportunidade futura dos mesmos integrarem o governo. A declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo, em 1942, trouxe ainda mais dificuldades para os antigos integrantes do movimento, como poderemos perceber melhor quando formos analisar as fichas policiais produzidas nesse período.

-

²¹ Segundo Hannah Arendt, inimigo objetivo é "[...] definido pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema". As categorias de inimigos objetivos não é estabelecido com base em definições ideológicas, mas, segundo as circunstâncias, ou seja, após a eliminação de um grupo outro será escolhido para ser aniquilado (ARENDT, 2012, p.474-5).

Para o caso dos integralistas, podemos classificar os suspeitos de crimes políticos usando as seguintes categorias:

- 1- Filiação ao Integralismo
- 2- Simpatia pelo Eixo
- 3- Propaganda Integralista

Para exemplificar melhor a questão da suspeição, transcrevo abaixo um Termo de Declarações Prestadas feitas por Pedro Felix da Silva ao Delegado de Ordem Política e Social, Dr. Jurandyr Ribeiro de Oliveira, no dia 14 de maio de 1938, em decorrência de perturbações relativas ao Integralismo:

No dia onze do corrente logo após ter conhecimento da intentona Integralista na madrugada na Capital Federal, recebeu não só ele como todos os componentes de Corpo de Segurança desta Chefatura a incumbência dada pelo Exmo. Snr. Dr. Chefe de Polícia de um rigoroso policiamento nesta Cidade e na vizinhança; que as ordens dadas pelo Chefe de Polícia consistiam: campanha contra o porte de armas, vigilância dos elementos destacados e exaltados da Ação Integralista Brasileira, contra os que aproveitando a occasião espalham notícias tendenciosas com o fito de perturbar a tranquilidade pública e enfim contra os que em gestos ou atitudes demonstrassem solidariedade masorqueiros da Capital Federal, que as oito horas da noite, no Bar Central na Praça Oito, quando grande era a aglomeração de pessôas em torno de um rádio do referido Bar ouvindo o boletin da hora do Brasil um indivíduo cujo nome desconhecia mas, que hoje sabe chamar-se Antonio Martins de Almeida, fazia comentários à ação dos rebeldes; que esse comentário eram de profunda sympathia pela causa sinistra o que levou o declarante a chamar-lhe a attenção dar-lhe uma busca e conduzi-lo a presença Exmo. Snr. Dr. Chefe de Polícia; que José Gama, Clemente Campos, também incumbidos da repressão assistiram a tudo; que não o agredia apezar e de ter encontrado da parte de Antonio Martins certa relutância; que o referido Antonio fazia comentários em tom de mofa, de troça as medidas postas em prática pelas autoridades e dizia abertamente, sem guarda menor reserva que era e continuava integralista apezar de tudo; que Exmo. Snr. Dr. Chefe de Polícia teve palavras de aplausos pela prisão, e concitou o declarante e demais agentes a continuar na campanha; que Antonio Martins perante a Excellentíssima autoridade teve a opportunidade de reafirmar as suas expressões no Bar Central; que nada mais tem a declarar .(BR ES APEES, DES.O.IAPC.6, p. 100)

O documento deixa claro que os investigadores da DOPS estavam atentos para com as ações dos membros da AIB, ou seja, eram alvo da suspeita policial. O citado Antonio de Almeida Martins tornou-se alvo da repressão policial, conseguindo preencher todas as três categorias de suspeição. Primeiramente, o indivíduo tece elogios para a ação dos integralistas, na tentativa de golpe perpetrada por alguns membros do movimento no Rio de Janeiro; em segundo, ele era camisa-verde, e, em terceiro, critica a administração Vargas. Devido às suas atitudes subversivas,

Antonio de Almeida Martins, foi mais um entre tantos outros que teve problemas com a Polícia Política, logo, seu nome figurava entre os prontuários produzidos pela referida instituição.

3.4 Identificando os suspeitos: os prontuários da DOPS

O Serviço de Identificação da DOPS/ES foi responsável pela produção dos prontuários de identificação dos suspeitos de ameaça à ordem nacional. A quase totalidade desses prontuários foi produzida em 1942, em decorrência da declaração de guerra do Brasil às nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

A capa do prontuário trazia o nome do suspeito e o município de origem. Na página seguinte, tem-se uma foto de frente e de perfil, acompanhada de suas impressões digitais. Segundo Fernanda Torres Magalhães:

[...] a prática de registrar de frente e de perfil era considerada a melhor forma de fotografar um indivíduo para identificá-lo, padronização que facilitaria comparações faciais. Levando em conta também que o identificado poderia usar disfarce, e a fotografia de frente e de perfil aumentava a capacidade de identificação (MAGALHÃES, 2008, p. 108).

Em alguns prontuários, junto com a foto e as digitais, ainda era colada abaixo das digitais uma pequena folha, na qual constavam o nome do acusado, o município onde foi identificado e o motivo de sua detenção. As fotografias produzidas pela Polícia Política objetivavam a construção da desordem, salientando traços que transmitam a imagem de um criminoso.

Normalmente, os prontuários trazem a fotografia de frente e de perfil, mas se observou em muitos deles o uso exclusivo da imagem frontal – não foi possível encontrar algo que justificasse tal fato. As fotografias seguintes foram selecionadas entre os diversos prontuários para tornar mais clara a nossa análise. Percebe-se que o indivíduo da primeira foto, apesar de aparentar um leve sorriso, está com a barba por fazer, o que denota descuido com a aparência. A segunda imagem deixa evidente o desconforto do indivíduo frente à situação na qual se encontra – sua face mostra a tensão que está sentindo.



Figura 3 – Fotografia de identificação Fonte: BR ES APEES, DES.0.IAPC.36 p.02



Figura 4 - Fotografia de identificação Fonte: BR ES APEES, DES.0.IAPC.40 p.02

O prontuário contava com uma ficha de qualificação do suspeito, na qual constava a discriminação do nome de seus pais, nacionalidade, naturalidade, idade, estado civil, profissão, se era alfabetizado, além da descrição detalhada de suas características físicas, formato do rosto, cor da pele, olhos e cabelos, barba, bigode, sobrancelhas, estatura e porte corporal. Na parte inferior da página observamos uma área destinada à descrição de marcas particulares, cicatrizes e tatuagens, com a devida especificação da parte do corpo na qual se localizam. Essas marcas físicas possibilitariam diferenciar o suspeito de outros cidadãos.

Na última página do prontuário está um espaço reservado para observações. Na grande maioria das fichas é especificado que o referido cidadão havia sido identificado naquele momento em razão da declaração de guerra às nações do Eixo. As imagens a seguir ilustram um dos prontuários presentes no acervo do APEES.

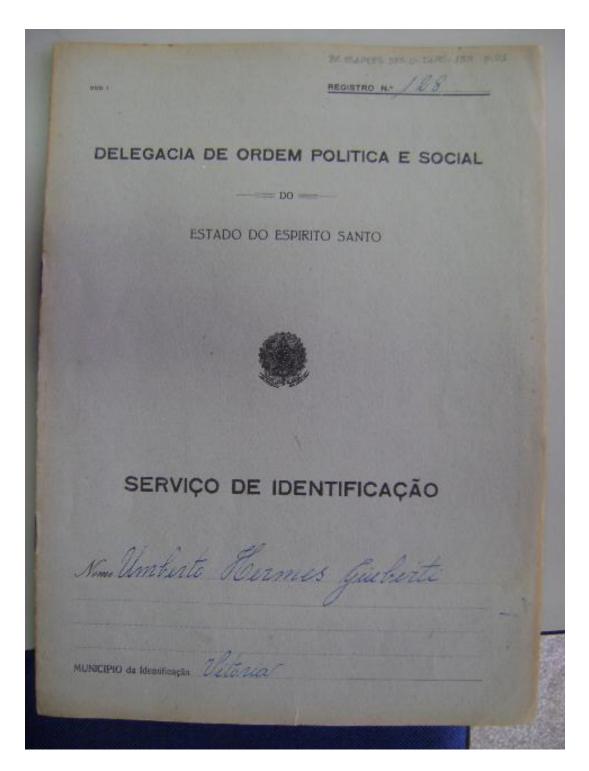


Figura 5 – Prontuário do Serviço de Identificação Fonte: BR ES APEES, DES.0.IAPC.133 p.01

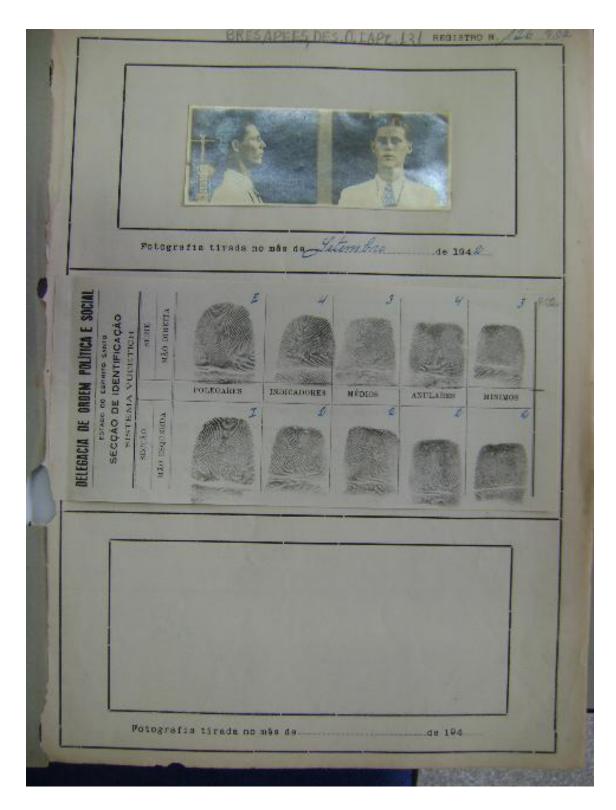


Figura 6 – Prontuário do Serviço de Identificação Fonte: BR ES APEES, DES.0.IAPC.131 p.02

| QUALIFICAÇÃ | ugust Wilken |
|---------------------------------------|---|
| Filho so Bernham | - CALLS CROMATICOS, ETC. |
| Humrich Withen | 110000000000000000000000000000000000000 |
| Col destress | Cotto Caranca |
| Miller | cee Maria caporos Kaurer |
| | Barbe Plackada |
| Necianalidedo Alema | HAR DU DA MARKED DE |
| Natural 1 Sede Austelas | sobrancelhes 2 Jakaras |
| loade & anna | Olhon Esserdanis |
| Nascino em la se lues ho | de 1921 Estature 1 m 76 cent. |
| RALAGO CIVIL Golfeero | corve Transuno |
| Profissio Generale | |
| Sabo lar e oscrever | Instruodo Learnolaria |
| 1000 | ATTACA CALIFORNIA PROTECTION |
| Municipio en que foi id | dentificado Secret 130 |
| Ultoria | |
| Documento apresentado: 80 | esteria de Permutou-se fiche con: |
| salentinane minaeto 19 a | 42 1096 |
| experieda belo 18 % ac | |
| The second of the second | |
| | particulares, cicatrizes e tatuagens |
| | |
| Marcas | |
| Marcas | |
| Marcas Más direita | |
| Marcas | |
| Marcas Nac direita Mão desquerde | |
| Marcas Más direita | |
| Mác direita Mác direita Mác direita | |
| Marcas Nac direita Mão desquerde | |
| Marcas Máo direita Mão desquarde | |
| Méo direita Méo direita Méo direita | |

Figura 7 – Prontuário do Serviço de Identificação Fonte: BR ES APEES, DES.0.IAPC.131 p.02

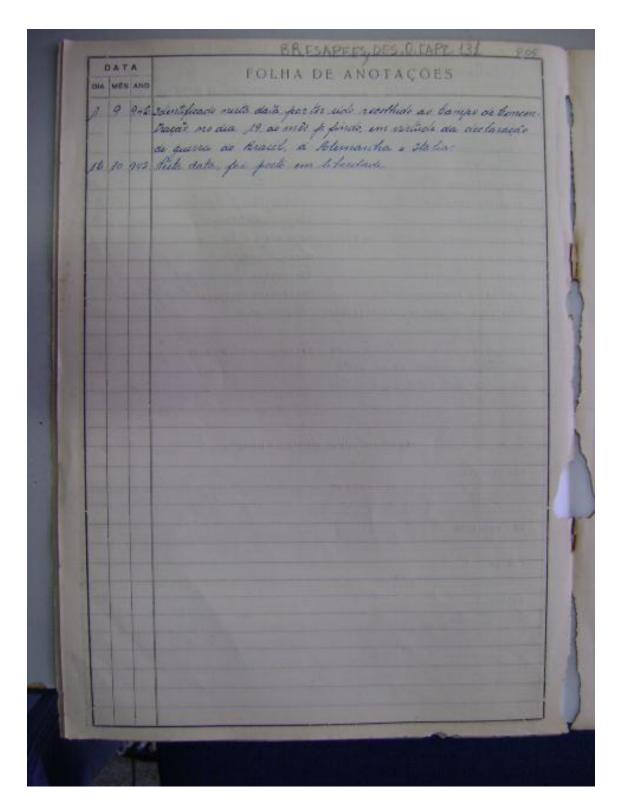


Figura 8 – Prontuário do Serviço de Identificação Fonte: BR ES APEES, DES.0.IAPC.131 p.02

3.5 Os arquivos da Polícia Política do Espírito Santo: a fotografia como prova do crime político

[...] as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos (MAUAD, 1996, p. 10).

O uso da fotografia como fonte documental para o estudo da história é de inegável importância, cumprindo papel preponderante dentro das investigações realizadas pelos historiadores, desde que se esteja atento para técnicas, metodologias e um referencial teórico que nos possibilitem seu uso como tal. É necessário compreendermos o espaço ocupado pela fotografia na historiografia.

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade da realidade que a originou (KOSSOY, 2001, p. 32).

Para Kossoy (2001), a imagem é um documento que possibilita o registro do tempo, pois oportuniza a captação de diversos acontecimentos sociais, como os relacionados à religião, vestuário, habitação, entre outros, caracterizando-se como forma de expressão cultural. Assim, é preciso diligência para desvendar a realidade interna do documento.

Uma primeira constatação é a intencionalidade de se produzir a imagem para recordar acontecimentos da vida. Logo, é preciso interpretar seu conteúdo, contextualizá-lo. E Kossoy (2001) alerta que considerar a imagem como expressão de veracidade e realidade é um erro, pois as pessoas farão leituras diferenciadas da mesma, de acordo com sua bagagem cultural.

Mauad (1996) complementa a discussão acrescentando que a fotografia como fonte documental necessita de uma crítica inovadora. Devemos estar atentos ao fato de que o resultado final da imagem envolve três elementos: autor, texto visual e leitor.

Cada um destes três elementos integra o resultado final, à medida que todo o produto cultural envolve um locus de produção e um produtor, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como um sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere e, por fim, um significado aceito

socialmente como válido, resultante do trabalho de investimento de sentido (MAUAD, 1996, p. 8).

O autor da fotografia é um indivíduo que possui o mínimo de conhecimento técnico para produzi-la. O leitor é alguém capaz de dar um significado à imagem e, no caso de um historiador, implica ter a capacidade de perceber na imagem uma mensagem que esteja além do seu aspecto ilustrativo.

Nas reflexões acerca da fotografia como fonte histórica, Kossoy (2001) parte do perfil iconográfico e iconológico da imagem, elementos fundamentais para a interpretação. O aspecto iconográfico envolve o grupo de informações visuais constituintes do documento, de forma analítico-descritiva; o iconológico trata do aprofundamento na imagem representada e, para isso, é preciso compreender a imagem em sua interioridade.

Após realizar essas considerações teóricas, lançamo-nos na discussão do nosso objeto de pesquisa, ou seja, nos arquivos da Delegacia de Ordem política e Social, mais especificamente as imagens encontradas no acervo.

O acervo documental do Arquivo Público do Estado de Espírito Santo é vasto e ainda temos muito que descobrir nele. Na parte referente aos arquivos que pertencia à Polícia Política, encontramos panfletos, fotos, telegramas, todo e qualquer vestígio que pudesse incriminar o suspeito era apreendido pelos agentes do estado. Em suas atividades cotidianas, a polícia Política procurava identificar os possíveis inimigos do estado getulista, identificá-los, investigá-los ou até mesmo incriminá-los.

No que se refere ao conjunto de fotografias apreendidas pelos policias, essas imagens que trazem pessoas trajadas nas vestes características dos membros do integralismo (camisa verde com uma braçadeira adornado com o sigma), encontramos fotos de famílias, festejos, reuniões e paradas integralistas nos mais variados lugares do Espírito Santo. É importante ressaltar que esse conjunto iconográfico nos permite recuperar a memória visual do movimento integralista no Espírito Santo e também da atuação da Polícia Política como braço repressor do Estado brasileiro.

A presença dessas fotografias nos arquivos nos levou às seguintes questões: qual o interesse da polícia em reter essas imagens? De que forma essas imagens podiam ser úteis nas investigações contra os inimigos do regime?

Fernanda Torres Magalhães (2008) esclarece que, dentro do *modus operandi* da Polícia Política, as fotografias desempenharam papel fundamental, cooperando para fundamentar a lógica da suspeição. Mas também era necessário o suporte de uma série de outros documentos. As imagens apreendidas ou produzidas pela instituição policial auxiliavam na identificação dos criminosos políticos.

A seguir, temos uma fotografia de material apreendido pelos policiais – o elemento marcante são os retratos de Plínio Salgado, sete ao todo. O retrato do Chefe Nacional devia estar presente não só nos núcleos, como também na casa de todos os camisas-verdes, pois ele não representava somente uma pessoa, mas, a ideologia Integralista presente em todos os aspectos da vida de seus integrantes (BULHÕES, 2007, p. 79).



Figura 9 - Material apreendido pela DOPS-ES
Fonte: BR ES.APEES.O.COLT.FOT.12.4. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

Giselda Brito Silva salienta que "fotografias não eram apenas o registro de um passado que não se queria esquecer, da imagem que se queria congelar, mas a identificação objetiva do suspeito" (SILVA, 2008, p. 325-6).

As fotografias enquanto objeto de apreensão dos suspeitos de crime político eram utilizadas como prova do delito ao qual eram acusados. No caso das fotografias

integralistas, respaldaram as acusações contra os integrantes da AIB depois de 1938, depois da tentativa frustrada de golpe perpetrada pelos mesmos. O acontecido deflagrou uma grande perseguição aos camisas-verdes, assim como os mesmos foram responsáveis pela produção de vasto material iconográfico, utilizado anteriormente como instrumento de propaganda do movimento ou mesmo como objeto de recordação. Esse mesmo material foi transformado em prova do crime contra o regime.

Entre as fotografias do acervo, temos a representação de festas, encontros locais, imagens de dirigentes locais da AIB, fotografias de casamentos e famílias em trajes integralistas – esse material também é parte constituinte de imagens de provável material apreendido pela polícia, como armas, retrato de Plínio Salgado, entre outros.

Para uma melhor visualização do que discutimos até o momento, temos a imagem anexada a um dos prontuários elaborados nas prisões realizadas em 1942, logo após o Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo. Devido a esse fato, todos os possíveis simpatizantes dos regimes totalitários foram *convidados a prestar esclarecimentos*.

Segundo Maria Dietrich, a polícia política desloca as fotos de contexto de produção, sendo realocada em suas pastas criminais como prova do crime política e, por isso, a imagem perde o significado original do seu contexto de produção: o que seria para registrar um evento, como casamento ou festa, recebe um novo significado dentro da lógica policialesca (DIETRICH, 2007, p. 326).

Como prova atestatória de um passado, a polícia valia-se das fontes visuais para forjar provas de seu discurso, deslocando as imagens de seu contexto original, muitas vezes modificando seu significado. Nesse sentido, essas fotografias eram utilizadas pela polícia para constante processo de criação e recriação dos seus suspeitos. A repressão empreendida por essa polícia ultrapassou as fronteiras do social e do político interferindo, sistematicamente, no imaginário coletivo (DIETRICH, 2007, p. 343).

Nos prontuários produzidos pela polícia política são identificados os possíveis inimigos do Estado brasileiro – os adeptos das ideologias 'alienígenas'. Os identificados nas fichas são acusados de participação em movimentos de esquerda, 'comunistas'; e o outro grupo de pessoas investigadas eram adeptos ou simpatizantes dos movimentos de extrema direita.

Essas fichas foram produzidas logo após o Brasil declarar guerra contra a Alemanha e Itália. Sendo mais específico, esse fato ocorreu em 1942 e, nesse ano, o país saiu da neutralidade para o estado de guerra devido à pressão dos Estados Unidos da América, que ocorreu na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em janeiro de 1942. Apesar de decretado o estado de guerra, a participação efetiva do país nos conflitos só se realizou em agosto de 1943, após o afundamento de navios brasileiros pelas forças italianas e alemãs (CARONE, 1976, p. 63-64).

O Serviço de Identificação da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo foi o responsável pela produção de fotos de frente e perfil que, segunda Fernanda Torres Magalhães, serviam para caracterizar, marcar a identidade do suspeito (MAGALHÃES, 2008, p. 105) — e as mesmas eram acompanhadas pelas impressões digitais da pessoa fotografada. O prontuário trazia o mês e ano em que a foto foi produzida, além de discriminar dados como o nome dos pais, profissão, estado civil, data de nascimento, características físicas, nacionalidade e o suposto crime político. Fernanda Torres Magalhães ainda afirma que essas fotografias permitem ao historiador identificar particularmente os suspeitos do crime político e nos alerta que essas fotografias pretendem forjar a imagem do criminoso (MAGALHÃES, 2001, p. 117).

Tudo nessas fotografias é construção da desordem: os trajes, os cabelos, a barba e sobretudo a ideia de que estamos na presença de criminosos. E ainda mais quando a pessoa é fotografada na prisão: despenteada, mal barbeada, com olhar triste e resignado. (MAGALHÃES, 2001, p. 78)

A fotografia a seguir está anexada ao prontuário de Richard Albert Göhringer. Temos as seguintes informações em sua ficha policial.

09/06/1942- Identificado nesta data por ser nazista. Foi o segundo chefe do Partido Nazista neste estado. Seu sucessor foi o Dr. Karl Bernard Schroeder.

19/08/1942- Nesta data foi recolhido ao Campo de Concentração, em virtude da declaração de guerra do Brasil a Alemanha e Itália. 27/09/1942- Nesta data foi posto em liberdade. Viajou para o Rio de Janeiro

(BR ES APEES, DES. O. IAPC. 31, p. 08).



Figura 10 - Fotografia anexada à ficha policial. Fonte: BR ES APEES, DES. O. IAPC. 31, p. 08. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

É possível observar que a imagem foi retirada em uma reunião entre nazistas, integralistas e provavelmente representantes do Partido Fascista Italiano (seção Espírito Santo). Os elementos que nos permitem afirmar tais fatos é a presença na parede atrás do grupo da imagem de Plínio Salgado (quadro acima de todos), abaixo de Salgado está Mussolini, do lado esquerdo de Mussolini, vemos a figura de Adolf Hiltler, líderes do Nazismo na Alemanha e, do lado direito, vê-se a foto do presidente da Alemanha, Hindenburg. Nos homens à direita, vemos a braçadeira com o sigma, símbolo do Integralismo; nos homens da parte central da foto, a braçadeira tem a suástica, símbolo do nazismo alemão. Ainda podemos identificar na fotografia a bandeira do Brasil e a Bandeira Nazista – a primeira está à esquerda da foto e a segunda no centro.

Infelizmente, as anotações da ficha policial não trazem muitas informações sobre a fotografia (apesar de praticamente todas as pessoas da foto estarem numeradas, somente algumas estão identificadas pelo nome e profissão).

```
STREAT BY DESCRIPTION OF THE SOCIAL - (Dr. JURNATY de Olivera), develve a V. de Nº 1-

1- Ermesto Stroch-Maestro e donsul de Uruguay nesta Cap.

5- Carlo Carriello-Comm.rua Duque carles Nº

4- Victor Maria Sarlo-Comm.rua Duque na firma Hassandlever & Cia. Ric. Sarlo:

5- Fadre Ellas Thomazii

11- Antonio Travassos-Dararriugnto Saude FUBLICA.

12- Pullo Mulles - Machanico- se encontra na Allemanha,

13- Menselever - Filho Roberto Langen - Comm. nesta Uapital.

18- Karl Egilter Helmut Schrutt- Guarda-Livros Theodoro Welle nesta Unpital.

18- Karl Egilter Felmut Schrutt- Guarda-Livros Theodoro Welle nesta Unpital.

19- Fuet Roberto Langen - Se encontra na Allemanha,

21- Prederico Atmar (Fritz) Bar Hamburgo.

22- Prederico Atmar (Fritz) Bar Hamburgo.

23- Roberto Langen-Consul Allemaco e Commarciante - não se encontra mais nesta Gapital.

25- Richard Albert Gohinger- Sogro Gabeira-reside Praia Comprida.

25- Antese Gavallinhe - Jucutuquara- Hoje Ric de Janeiro.

36- Angen Schwenser - Allemaco-Professor-conhado - Artur Schmeider-reside-retropoles-G. Mote Schwenser - Allemaco-Professor-conhado - Artur Schmeider-Compda familia.

37- Benrique Be continues-Courries-Rus General Cocrio-Sallecido.

39- Miguniace - Guarda Campinho Santa Isabel.

40- Prederice Schwenser - Reside hoje Micthercy-Santeiro Compda familia.

40- Prederice Schwenser - Reside hoje Micthercy-Santeiro Compda familia.

40- Prederice Schwenser - Reside hoje Micthercy-Santeiro Compda familia.

40- Prederice Schwenser - Reside hoje Micthercy-Santeiro Compda familia.

40- Prederice Schwenser - Reside hoje Micthercy-Santeiro Compda familia.

40- Prederice Schwenser - Reside hoje Micthercy-Santeiro Compda familia.

40- Prederice Sc
```

Figura 11 - Fotografia anexada à ficha policial. Fonte: BR ES APEES, DES. O. IAPC. 31, p. 08. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

Percebemos que as pessoas que aparecem na fotografia estão numeradas e sabemos que essa numeração serviu para identificá-las em uma lista que se encontra no verso da foto, sobretudo, boa parte do grupo não é identificado como os outros. Os números 6,7, 8, 9, 10, 14, 15, 20, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 40 e 41 não tem o nome na lista. Os nomes que constam, têm discriminada sua profissão e local de residência.

As informações fornecidas pela imagem nos permitem inferir que havia uma proximidade entre os movimentos de extrema direita, presentes no Espírito Santo – a seção do Partido Nazista e Fascista Italiano e a AIB. Visto que, a partir de 1942, o governo brasileiro declara guerra à Alemanha e Itália, e somando o discurso de libertação nacional das ideologias alienígenas ao fato, essa foto serviu como prova incontestável de que as pessoas presentes na imagem seriam possíveis inimigos do governo de Getúlio Vargas.

É interessante observar como essa imagem passou por um processo de ressignificação pela Polícia Política capixaba, isso porque sua função original de registrar um encontro entre militantes numa data anterior foi deixada de lado e lhe foi atribuído um novo significado: sua função passa a ser de prova de crime contra o Estado brasileiro, afinal, existem na foto variados elementos que demonstram a simpatia de diversos cidadãos com tendências políticas que o Estado considerava – naquele momento – "alienígenas", perigosas aos interesses de nosso Estado Nacional.

Getúlio Vargas utilizou o anticomunismo como instrumento de perseguição a determinados grupos e indivíduos da sociedade brasileira. No decorrer do Estado Novo, o antifascismo adquire importante espaço no processo de legitimação da ditadura de Getúlio Vargas (qualquer indivíduo ou organização simpático aos ideais fascistas representava uma ameaça ao Brasil e, como tal, devia sofrer o peso da repressão policial). Os integralistas eram acusados de serem representantes dessas ideologias 'alienígenas' dentro do território nacional. A fotografia representava a prova incontestável do envolvimento de determinados cidadãos em atividades que representavam perigo ao regime em vigor.

A polícia, ao utilizar a fotografia, reconhece sua importância em todas as esferas como aliada no programa de controle social. Com a fotografia seria possível controlar o cidadão, possibilitando a polícia construir de forma objetiva a imagem dos criminosos, alvo da suspeição e, por conseguinte, fazer propaganda de sua atuação para a sociedade enquanto órgão mantenedor da ordem política e social (MAGALHÃES, 2008, p.103-104).

A fotografia usada como prova material do crime político traz elementos que indicam a subversão do acusado, a sua simpatia ou aproximação com os ideais perseguidos pelo governo Vargas. As fotos apresentam pessoas trajadas em uniformes integralistas, com imagens de Hitler e Mussolini, ao mesmo tempo que representam material aprendido pelos policiais em suas operações.

As fotografias apreendidas pela polícia e agora pertencentes ao acervo do APEES foram manipuladas pelos agentes policiais e receberam um novo valor simbólico. Ao serem produzidas, tinham por finalidade remeter as pessoas às situações específicas do passado, momentos que deveriam ser recordados. A instituição polícia perverteu as imagens, dando-lhes um novo significado: o de provar que as

pessoas presentes na fotografia estavam praticando algum tipo de atividade danosa ao regime.

3.6 A AIB no Espírito Santo: a construção da imagem subversiva

O primeiro documento policial que menciona o movimento Integralista no Espírito Santo é um memorando datado de 14 de novembro de 1935. Transcrevo abaixo o seu conteúdo:

Tendo regressado de Cachoeiro de Itapemirim um observador que alli mandei para verificar o ambiente local, em virtude da agitação que se annunciava entre integralistas e comunistas, incluso remetto-vos cópia de uma communcação que me foi presente pelo mesmo, sobre os últimos acontecimentos daquela localidade, communicação essa que julgo interessante para o governo de vossa região. (BR ES APEES, DES.O.IAPC.2, p. 18)

O memorando mostra a atividade de vigilância da Polícia Política sobre acontecimentos envolvendo tanto o Integralismo como elementos comunistas. A agitação a que se referem foi o tiroteio na estação de Cachoeiro de Itapemirim, que analisamos no capítulo 2. Esse documento indica que, assim como ocorria em outros estados, os militantes da AIB estavam sob o olhar atento dos investigadores.

Ao analisarmos os documentos da AIB que foram apreendidos pela polícia, observase o uso de lápis da cor vermelha para destacar determinadas partes do texto. Os agentes policiais estavam identificando nesses trechos provas da conduta subversiva e hostil dos Integralistas contra o governo de Getúlio Vargas, como podemos observar na imagem abaixo:

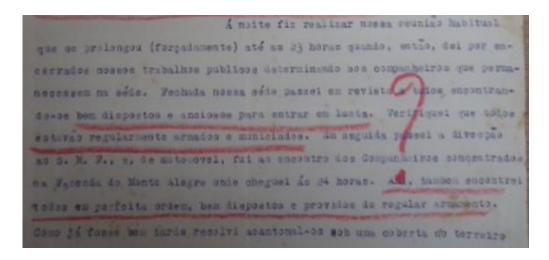


Figura 12 – Documento da AIB analisado pela DOPS Fonte: BR ES APEES, DES.0.IAPC.2 p.180

A seguir, transcrevi alguns trechos marcados nos documentos apreendidos, que foram ressignificados pelos policiais para que se transformassem em provas da periculosidade que o movimento Integralista representava para o regime estabelecido.

"Devemos também atacar os políticos incapazes e imprevidentes, que desonram as riquezas regionaes e não melhoram a vida social, dando aos brasileiros o trabalho de que precisam e a justiça que merecem" (BR ES APEES, DES.O.IAPC.3, p. 34). Este trecho consta em um Ofício Integralista da Secretaria Nacional de Imprensa ao companheiro Itagildo Ferreira, Secretário Provincial de Imprensa da Província do Espírito Santo, sendo datado do dia 12 de agosto de 1936. O mesmo incentiva o combate aos políticos qualificados como ineptos em garantir ao povo brasileiro seus devidos direitos. A frase pode ser interpretada como indício da contribuição dos Integralistas na perturbação da ordem pública, influenciando negativamente a sociedade na medida que estimulavam um comportamento político violento.

"Aqui o protesto de minha reafirmação que faço do juramento a causa e ao Chefe Plínio Salgado" (BR ES APEES, DES.O.IAPC.2, p. 184). Extraído de uma carta do líder Integralista de Calçado ao Chefe Provincial João Linhares, datada do dia 11 de outubro de 1937. O juramento de lealdade à causa da AIB e a Plínio Salgado é tomada como indício de subversão, pois o governante do país era Getúlio Vargas, e como chefe do Estado brasileiro era o representante máximo dos valores nacionais,

logo, jurar lealdade a uma pessoa que claramente tinha intenções de ocupar o lugar que Getúlio Vargas, era interpretado como traição da nação.

"[...] sabem que a trama vem do alto... Nossa hora chegará. Deus é grande (BR ES APEES, DES.O.IAPC.2, p. 172). Carta de Irma Pimentel Cola, da Secretaria Municipal de Arregimentação Feminina e Pliniana do Núcleo de Castello, destinada à Secretaria Provincial, datada do dia 5 de agosto de 1937. A frase 'nossa hora chegará' remete ao momento no qual o movimento Integralista tomaria o controle do aparelho estatal brasileiro – objetivo almejado desde a fundação da AIB em 1932, servia como mais um indício comprobatório da ameaça representada pela AIB para o regime de Getúlio Vargas.

O trato policialesco aos documentos apreendidos da AIB demonstram a necessidade da Polícia Política comprovar ou mesmo justificar a repressão aos camisas-verdes. A ameaça latente percebida por Getúlio Vargas enquanto a AIB expandia suas atividades pelo país se materializou com a tentativa de golpe em 1938. Giselda Brito Silva explica que o Estado teve de utilizar novos mecanismos para legitimar a repressão ao Integralismo, dado o papel que o grupo ocupava dentro do país como aliados na luta contra os comunistas, além de vários líderes do movimento que exerciam cargos de poder. A AIB se situava em um espaço diferenciado, sendo assim, a repressão ao movimento geraria repercussão (SILVA, 2002, p. 113).

Trata-se de salientar que a repressão a esse grupo toma como base a destruição da antiga imagem dos integralistas, pelos discursos e vigilância e ação policiais, para em seu lugar construir a imagem de um grupo perigoso e ameaçador, e com isso determinar os novos lugares para indivíduos que mantinham uma posição especial dentro do poder (SILVA, 2002, p. 113).

Os trechos citados anteriormente vão ao encontro desta tese, pois é clara a intencionalidade dos agentes policias em transformar os documentos oficiais da AIB no Espírito Santo, em evidência dos seus delitos contra o regime, ao mesmo tempo que essas mesmas evidências permitem ao Estado destruir, entre a população, a imagem positiva que o movimento buscou transmitir, substituindo-a pela imagem de grupo subversivo (SILVA, 2002, p. 113).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, salientamos que não aspiramos exaurir todos os aspectos da temática aqui analisada, mas tornar evidente o panorama da Ação Integralista Brasileira no estado do Espírito Santo. Da temática que perpassa essa pesquisa despontam variadas questões que necessitam maior aprofundamento, que dois anos de pesquisa não possibilitam tal intento.

A década de 1930 trouxe uma série de transformações para a sociedade do Espírito Santo. O sistema político passou por mudanças, novos grupos disputaram o espaço político, enquanto os antigos trabalhavam para permanecer no lugar que estiveram por anos.

Em um cenário de incertezas e supostas ameaças, a AIB e a ALN surgiram como grupos antagônicos, estabelecendo seus respectivos programas como a resposta aos problemas nacionais. Nossa pesquisa possibilitou averiguar a disputa a nível nacional que envolveu esse dois movimentos e seus reflexos na realidade local.

No Espírito Santo, a AIB encontrou ampla aceitação, constituindo grande número de núcleos, desde a capital Vitória até as mais distantes comunidades do interior do estado. O uso do discurso anticomunista foi ferramenta fundamental para o movimento Integralista persuadir a população a aderir aos seus ideais, bem como o apoio que o movimento recebia da Igreja Católica.

Apesar da aparente solidariedade entre a AIB e o regime de Getúlio Vargas em nível nacional e também localmente com o governo de João Punaro Bley, comprovou-se a existência de hostilidades entre os integralistas e outros grupos políticos. Os documentos produzidos pelo movimento integralista do Espírito Santo nos possibilitaram identificar seus opositores e esclarecer que se tratavam de líderes políticos tradicionais ameaçados politicamente pelo sucesso da AIB em suas áreas de influência política.

As estações ferroviárias de João Neiva, na época pertencente ao município de Pau-Gigante, e Cachoeiro de Itapemirim, presenciaram dois dos mais violentos confrontos entre os Integralistas e seus desafetos, nos quais morreram os dois primeiros "mártires" Integralistas no estado, sendo eles Alberto Secchin e Amadeu Faustini. O desenrolar dos acontecimentos de João Neiva possibilitaram aos "camisas-verdes" perceber que não possuíam total apoio do governador João Punaro Bley, que apesar de mostrar solidariedade ao movimento, não foi capaz de por em prática medidas punitivas contra os responsáveis pelo ataque aos membros do grupo, mesmo que tenha prometido tais medidas a líderes locais da AIB. A atitude do interventor/governador João Punaro Bley, referente aos Integralistas, revela seu alinhamento com o posicionamento de Getúlio Vargas, ou seja, mostra aparente apoio ao movimento, enquanto esse se mostrasse útil aos seus projetos, descartando-os em momento oportuno.

Enquanto partido político estruturado, ao disputar as eleições municipais de 1935, a força da AIB ficou ainda mais visível. Ao todo foram 26 vereadores e 2 prefeitos eleitos dentro do estado. Tal resultado representou ameaça para as elites tradicionais, mas também para Getúlio Vargas, visto que o objetivo almejado pelo movimento Integralista era alcançar o controle total do Estado brasileiro.

Em 1937, a decretação do Estado Novo acarretou a proibição da existência de partidos políticos, o que afetou diretamente os planos da AIB. Impedidos de se manterem no cenário político nacional e desprezados por Getúlio Vargas, os Integralistas acabaram realizando uma tentativa fracassada de golpe, fato que desencadeou a repressão contra a Ação Integralista Brasileira.

De aliados do regime, os Integralistas passaram a proscritos do regime. Para Getúlio Vargas legitimar tal atitude, foi necessário que a Polícia Política empregasse a sua habilidade incriminadora para transformar a AIB em movimento subversivo, ou seja, comprovar que representavam uma ameaça para o regime. Para a realização de tal tarefa, a Polícia Política usou documentos produzidos pelos próprios camisasverdes, que foram apreendidos quando da decretação da ilegalidade do mesmo. Ao longo dos capítulos da dissertação, pôde-se perceber o papel essencial dos órgãos de repressão dentro de um regime autoritário, os quais tinham a função de possibilitar a criação de inimigos ao regime, implantar o medo entre a população e, assim, manter o controle sobre o aparelho estatal.

A perseguição política sofrida pelos Integralistas é fruto da lógica interna de regimes autoritários, cuja legitimação está no discurso do medo. A sociedade é colocada em alerta para as ameaças que a circundam, sendo que o único capaz de protegê-la é um governante forte, auxiliado por um aparelho repressor. O governante se mostra

como o defensor da ordem social, disposto a destruir qualquer um que se ponha no seu caminho.

FONTES

a) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

BR ES APEES, DES. O. IAPC 2, p 4. Relatório Integralista sobre a primeira reunião do núcleo Integralista de Cachoeiro do Itapemirim. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 113. Relatório da AIB-ES de 1936. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 119. Relatório da AIB-ES de 1936. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 121. Relatório da AIB-ES de 1936. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 124. Relatório da AIB-ES de 1936. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 123. Relatório da AIB-ES de 1936. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. 0. IAPC. 2, p. 145. Relatório da Secretaria de Imprensa da AIB-ES sobre o periódico Idade Nova. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 144-7. Relatório apresentado ao Chefe Provincial em 18 de janeiro de 1937. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 31, p. 08. Fotografia anexada à ficha policial. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 17. Folheto anti-integralista. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 22. Correspondência Integralista entre o Chefe Municipal de Cachoeiro do Itapemirim e o Chefe Provincial. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 4, p. 34. Relatório Integralista de 18 de setembro de 1936 sobre o conflito de João Neiva. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p.169. Carta do Chefe Integralista de Castelo ao Chefe Nacional. 27 de julho de 1937. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 4. P. 46. Relatório descritivo sobre os responsáveis ao ataque a sede Integralista de Santo André. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC, p.1. Relatório Integralista do núcleo de Castelo. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES.0.IAPC.36 p.02. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES.0.IAPC.40 p.02. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Interventor (1937-1942: Bley). **Mensagem** apresentada a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2º sessão ordinária da 14º legislatura, em 1º de julho de 1939, pelo governador João Punaro Bley. Vitória: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretário (1936-1943: Gama). Relatório do Exmo. Sr. Secretário, Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, referente ao período de abril de 1935 a maio de 1936. Vitória: Imprensa Oficial, 1937.

b) Impressos

ASSALARIADOS de Moscou. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n 284, 13 set. 1936. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178586&pasta=ano%20193&pesq=faustini Acesso em: 15 dez. 2013.

PRIMEIROS mártires do integralismo. **A Razão**, Pouso Alegre, n. 25, p. 3, 7 out. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=720941&pagfis=11 1&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 20 out. 2013.

INTERVENÇÃO no Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, n. 105, p. 30, 4 mai. 1921. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1875819/pg-30-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-05-1921/pdfView. Acesso em: 23 set. 2013.

ALIANÇA Nacional Libertadora. **Diário da Manhã**. Vitória, n. 2986, p.3, 4 mai. 1935. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=alian%C3%A7a%20nacional%20libertadora>. Acesso em: 23 set. 2013.

MOMENTO político. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 2995, p.1, 15 mai. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=A%C3%A7%C3%A3o%20Integralista%20Brasileira. Acesso em: 23 set. 2013.

AÇÃO Integralista no Espírito Santo. **Diário da Manhã**. Vitória, n. 3278, p.4, 10 ago. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=a%C3%A7%C3%A3o%20integralista%20brasileira. Acesso em: 23 set. 2013.

CONSELHO Consultivo do Estado. **Diário da Manhã**. Vitória, n. 2762, p.1, 17 Nov. 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesg=Arnaldo%20Magalh%C3%A3es. Acesso em: 23 set. 2013.

AÇÃO Integralista Brasileira. **Diário da Manhã**. Vitória, n. 2940, p.4, 7 mar. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=Arnaldo%20Magalh%C3%A3es. Acesso em: 23 set. 2013.

MOVIMENTO Provincial do Espírito Santo da Ação I. Brasileira. **Vida Capichaba**. Vitória, n. 387, p.16, 30 mai. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&PagFis=13383&Pesq=integralismo. Acesso em: 23 set. 2013.

INTEGRALISMO. Vida Capichaba. Vitória, n.392, p.19, 15 ago. 1935. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&PagFis=13383&Pesq=integralismo. Acesso em: 23 set. 2013.

SINOPSE estatística do estado do espírito santo 1937. Vitória: Ed. Imprensa Oficial do Estado, 1938. Disponível em: https://archive.org/stream/sinopse1937es#page/52/mode/2up. Acesso em: 23 set. 2013.

BRASIL (País). Presidente (1930-1945: Vargas). **Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935.** Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1935. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getuliovargas/mensagens-presidenciais/mensagem-apresentada-ao-poder-legislativo-1935/download. Acesso em: 10 out. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIAMÉ, Fernando A. M. O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010.

ACHIAMÉ, Fernando A. M. SALETTO, Nara. Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937). 2008. 356 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ACKERMANN, Sílvia Regina. **Quando preferir um samba ao hino nacional é crime:** integralismo, etnicidade e os crimes contra o Estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945). 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

ACKERMANN, Sílvia Regina. **A memória vestida de romance**: algumas questões sobre o Integralismo a partir da literatura. Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH – 2007. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0489.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg:** um estadista e seu tempo. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ALVES, O Integralismo e sua influência no anticomunismo baiano. In: **Antíteses**, vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008, pp. 407-438. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/1859/1639. Acesso em: 9 de setembro de 2012.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br. Acesso em: 16 de julho de 2013.

BARROSO, Gustavo. **O que o Integralista deve saber.** 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A. 1935.

01882001000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 de outubro de 2013.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A revolta de Xandoca:** desafio à oligarquia monteiro no ES (1916). 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BULHÕES, Tatiana da Silva. **Integralismo em foco:** imagens e propaganda política. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

_____. Evidências esmagadoras dos seus atos: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional:** a ação integralista no Maranhão. São Paulo: Annablume, 1999.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo:** esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência:** a polícia política da Era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2º edição, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Estado fascista, Estado integralista.**Disponível em: http://ricafonte.com/historia/textos/historiografia/Estados%20fascistas,%20Estado%20integralista.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas:** fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Livros Proibidos, Idéias Malditas: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade; Arquivo do Estado, 1997.

CARONE, Edgard. **A Segunda República**. São Paulo: Difel, 1973 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. A Terceira República (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976. (Coleção Corpo e Alma do Brasil.)

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DE LUCA, Tânia Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas:** o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política. São Paulo: Humanitas, Imprensa Oficial: 2007.

DIAS, Luzimar Nogueira. **1935**: Integralistas e Comunistas – 50 anos depois, uma história de prisões e assassinatos. Cachoeiro de Itapemirim – ES. Documento Histórico, 1985.

DOPS: a lógica da desconfiança. -. 2. ed. - Rio de Janeiro: Arquivo Publico do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário:** imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985).** Vitória, ES: GM, 2011.

| Revista Vida Capichaba (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do estado do Espírito Santo. In: Em Tempo de Histórias - |
|--|
| Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Disponível em: |
| http://seer.bce.unb.br/index.php/emtempos/article/viewArticle/3937 . Acesso em: 4 de junho de 2012. |
| Sangue nos Trilhos de Cachoeiro de Itapemirim – ES: Integralistas e Comunistas e a disputa pela memória do conflito de 1935. Texto apresentado no V encontro regional da ANPUH-ES – Simpósio I – História e Memória. 2010. |
| Getúlio Vargas . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. |

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940), Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. Estado, polícia e sociedade: ensaio sobre a regularidade (e a permanência) das práticas discricionárias de atuação policial. In: **Intratextos.** Rio de Janeiro, v. 3, p. 167-182, 2011.

FRANÇOIS, Étienne. "Os "Tesouros da Stasi" ou a miragem dos Arquivos". In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (Orgs). **Passados Recompostos:** campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

GERTZ, René. O integralismo em Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, n. 5, 1984.

GRILLO, José Marcelo. **Anauê!:** a apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos. Cachoeiro de Itapemirim: [s.n.], [200-]

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. A República e o Espírito Santo. Vitória: Multiplicidade, 2003.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleici e FRANCESCHETTO, Almar. **Lembranças Camponesas:** A tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante, 1ª ed — Vitória Projetos RECIES — Resgate da cultura da Imigração Italiana no Espírito Santo, 1992.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativa no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.

LEITÃO, Alfredo Moreno. Os imigrantes no DEOPS-SP: o caso dos portugueses. In: **Revista Cordis.** n. 2 ,2009. Disponível em: http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/artigos/revista_cordis2_alfredo.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

LEMOS, Renata. João Punaro Bley. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br. Acesso em: 22 de outubro 2012.

MAGALHÃES, Fernanda Torres Magalhães. **O Suspeito Através das Lentes:** o DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas-Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira – um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacionalestatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. In: **Tempo.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf>. Acesso em: 6 de agosto de 2013.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Em guarda contra o 'perigo vermelho':** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, SP: Perspectiva; FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. **Reflexões sobre o Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim:** contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso:** princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.

_____, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). In: **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre, v. 31, n.1, p. 101-120, 2005. Disponível em:

http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1328> Acesso em: 10 de outubro de 2013.

REGIS, João Rameirs. **Integralismo e Coronelismo:** interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937). Texto apresentado no XI Encontro regional da ANPUH-CE. Disponível em: < http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st04/Artigo_Jo%E3o_Rameres_Regis.pdf Acesso em 8 de setembro de 2013.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 1996.

ROCHA, Gilda.; MARTINS, Ismênia de Lima. **Imigração estrangeira no Espírito Santo:** 1847-1896. 1984. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Rio de Janeiro, 1984.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **"Vida capichaba":** o retrato de uma sociedade, 1930. Vitória, ES. Disponível em: http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio17.htm. Acesso em: 6 de junho de 2012.

SERRATTO, Edgar Bruno Franke. **A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas:** antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, Giselda Brito. **A lógica da suspeição contra a força do sigma:** discursos e repressão aos integralistas em Pernambuco. 2002. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. Integralismo e Estado Novo. 2012. No prelo.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. [Vitória, ES?]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

SILVA, Marta Zorzal e; ROCHA, Yara Regina Candelaria da. Formação de lideranças locais no Espírito Santo. Vitória: |s.n.|, 1993.

SILVA, Hélio. **Terrorismo em Campo Verde**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, José Luiz Werneck da (Org). **O Feixe e o Prisma:** uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1991.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo DIFEL, 1979.

______. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris. (Dir). **História Geral da Civilização Brasileira** — O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964). 9. ed. v. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 359-402.

VASCONCELOS, Gilberto. **A ideologia curupira:** analise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel:** ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

VICTOR, Rogério L. (organizador). À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionário de 1935:** sonhos e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VIEIRA, José Eugênio. **"Castello":** origem, emancipação e desenvolvimento: 1702 a 2004. Vitória: [s.n.], 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: Busca de Interfaces Metodológicas. In: **Locus:** revista de história, vol. 3, nº 1, p. 84-97.

WANICK, Flavio Calmon. **Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história:** a política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930. Vitória, ES: Flor&cultura, 2008.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da Polícia Política. In: **DOPS:** a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.